ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta

NIRE 35.300.184.092
CNPJ nº 04.310.392/0001-46

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A. A SER REALIZADA DIA 30 DE ABRIL DE 2012

I. PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, ACOMPANHADA DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

1. **Informar o lucro líquido do exercício**
   Lucro líquido do exercício: R$ 42.137.169,46

2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**
   Total de dividendos propostos: R$ 400.303,11
   Valor de dividendo por ação: R$ 0,00278077

   Não houve dividendos antecipados e juros sobre capital próprio.
   Para o calculo do dividendo por ação foi utilizado o total de ações deduzido das ações em tesouraria.

3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**
   Percentual do lucro líquido do exercício distribuído: 1%, conforme divulgado na nota explicativa 26.C da DFP 2011.

Valores expressos em Reais

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	***42.137.169,46***
Compensação prejuízos anos anteriores	-
Ajustes lucros acumulados (Lei nº 11.638)	*12.348.054,62*
	54.485.224,08
Constituição reserva legal 5 %	*2.106.858,47*
Lucro líquido ajustado	*52.378.365,61*
Dividendo mínimo obrigatório 1 %	*400.303,11*
Constituição da reserva de retenção de lucros	***51.978.062,50***

4. **Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**
   Dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: R$ 0,00
5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**
   a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**
   b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**
   c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**
   d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Provento	*Data da aprovação*	*Espécie da ação*	*Valor por ação*	*Montante Global (*)*	*Forma e prazo para pagamento*
Dividendos	*Data da AGO*	*ON*	*R$ 0,00278077*	*R$ 400.303,11*	*Até 60 dias da AGO*

(*) Não há incidência de atualização de juros.

Para o calculo do dividendo por ação foi utilizado o total de ações deduzido das ações em tesouraria

6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**
   a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
   Não aplicável
   b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**
   Não aplicável

7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**
   a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**
   b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	Exercício (valores expressos em R$)			
	2008	**2009**	**2010**	**2011**
Lucro líquido do exercício	*(26.704.616,00)*	*72.859.255,24*	*122.887.977,45*	*42.137.169,46*
Dividendos	*0,00*	*459.003,47*	*1.237.275,21*	*R$ 400.303,11*
ON	*492.262.027*	*450.765.230*	*145.690.261*	*143.954.119*
PN	*365.365.944*	*407.464.671*	*-*	*-*
Total	*857.627.971*	*858.229.901*	*145.690.261*	*143.954.119*
Lucro líquido/prejuízo por ação	*(0,031138)*	*0,084895*	*0,843488*	*0,292712*
Dividendos por ação	*-*	*0,000535*	*0,008493*	*R$ 0,00278077*

Para o calculo do lucro líquido por ação e do dividendo por ação foi utilizado o total de ações deduzido das ações em tesouraria.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	***42.137.169,46***
Compensação prejuízos anos anteriores	*-*
Ajustes lucros acumulados (Lei nº 11.638)	*12.348.054,62*
	54.485.224,08
Constituição reserva legal 5 %	*2.106.858,47*

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Calculado nos termos do Parágrafo único, inciso (i) do Art. 20 do Estatuto Social da Companhia, a saber: "Art. 20. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Parágrafo único. Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á: (i) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado..."

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável

e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O inciso "ii" do artigo 20 do estatuto social da companhia prevê dividendo obrigatório não inferior a 1% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

b. **Informar se ele está sendo pago integralmente**

O dividendo mínimo obrigatório está sendo integramente pago.

c. **Informar o montante eventualmente retido**

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

Para ilustrar os itens relacionados acima, segue abaixo o divulgado na nota explicativa 26. C da DFP 2011.

Valores expressos em Reais

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	***42.137.169,46***
Compensação prejuízos anos anteriores	-
Ajustes lucros acumulados (Lei nº 11.638)	*12.348.054,62*
	54.485.224,08
Constituição reserva legal 5 %	*2.106.858,47*
Lucro líquido ajustado	*52.378.365,61*
Dividendo mínimo obrigatório 1 %	*400.303,11*
Constituição da reserva de retenção de lucros	***51.978.062,50***

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. **Informar o montante da retenção**

Não aplicável

b. **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável

c. **Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Em linha com o plano de continuidade de crescimento da Companhia, os Administradores da Anhanguera Educacional Participações S.A levarão aos seus acionistas, para aprovação, em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a proposta de orçamento de capital no valor de R$ 100.367.506,81 (cem milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e seis reais e oitenta e um centavos)*, o qual considera a construção de novas unidades orgânicas, a aquisição de unidades de terceiros, bem como o aperfeiçoamento dos processos e a melhoria das estruturas das unidades existentes.*

Divulgado na nota explicativa 26.C da DFP 2011.

Valores expressos em Reais

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	***42.137.169,46***
Compensação prejuízos anos anteriores	-
Ajustes lucros acumulados (Lei nº 11.638)	*12.348.054,62*
	54.485.224,08
Constituição reserva legal 5 %	*2.106.858,47*
Lucro líquido ajustado	*52.378.365,61*
Dividendo mínimo obrigatório 1 %	*400.303,11*
Constituição da reserva de retenção de lucros	***51.978.062,50***

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Proposta de Orçamento de Capital encontra-se no item II abaixo.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

II. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Administração da Anhanguera Educacional Participações S.A. submete à apreciação dos Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, sua proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2012, tendo como objetivo a continuidade dos investimentos nas estruturas das unidades existentes, na melhoria de processos e na renovação de máquinas e equipamentos. Nesse sentido, considerando também a expectativa de crescimento da Companhia para o ano de 2012, os gastos para sustentação da expansão orgânica devem ser focados em obras de infraestrutura de salas de aula, laboratórios, com aquisição de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios; na reposição e no aumento do acervo de livros das bibliotecas das unidades; bem como em projetos de tecnologia visando à melhoria do projeto pedagógico e das ferramentas de gestão da Companhia.

Tais investimentos requerem o uso de R$ 100.367.506,81 (cem milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e seis reais e oitenta e um centavos), que devem ter como fontes:

i. a retenção de parte do lucro líquido, no montante de R$ 51.978.062,50 (cinquenta e um milhões, novecentos e setenta e oito mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos), que será destinado como reserva de retenção de lucros; e

ii. recursos próprios no valor de R$ 48.389.444,32 (quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Orçamento de Capital 2012	
(R$ MM)	
Fontes	**100,4**
Retenção de Lucros 2011	52,0
Recursos próprios	48,4
Usos	**100,4**
Tecnologia e Projetos	**36,7**
Investimentos em Subsidiária (AELtda)	**63,7**
Manutenção	26,9
Expansão	36,7

Valinhos, 30 de março de 2012

José Augusto Gonçalves de Araújo Teixeira
Diretor Vice Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

III. COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

10.1.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

As condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia apresentaram uma redução entre o Exercício Social de 2011, encerrado em 31 de dezembro de 2011, e o Exercício Social de 2010, encerrado em 31 de dezembro de 2010, no entanto, os diretores acreditam que a Companhia não apresenta riscos para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

O capital de giro (ativo circulante menos passivo circulante) consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R$ 268,4 milhões, uma redução em relação a 2010 que era de R$ 1,054 bilhão, frente aos R$ 218,5 milhões de 2009, o que demonstra que a companhia cumpriu com seu plano de expansão por meio de novas aquisições e continua mantendo a capacidade de liquidez e o cumprimento das obrigações de curto prazo.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era composta de 55% de capital próprio e 45% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2010 essa estrutura era composta de 68% de capital próprio e 32% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2009 essa composição era de 56% de capital próprio e 44% de capital de terceiros.

Os diretores acreditam que esta estrutura seja suficiente para as atuais exigências do negócio e das necessidades de caixa da Companhia, inclusive empréstimos de terceiros, para atender o financiamento de suas atividades e de sua estratégia de expansão. Além deste importante aspecto, a Companhia possui amplo acesso a fontes de financiamento, se necessário, e sua classificação de risco (brAA- pela Standard & Poor's) é a melhor entre as empresas do setor de educação do país.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Os diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada para as suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era composta de 55% de capital próprio e 45% de capital de terceiros. A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era composta de 68% de capital próprio e 32% de capital de terceiros. A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2009 era composta de 56% de capital próprio e 44% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido era de R$ 2,006 bilhões, resultando um acréscimo de 0,04%, ou R$ 839 mil em relação a 31 de dezembro de 2010, provenientes do lucro líquido do período. Em 31 de dezembro de 2010 o patrimônio líquido era de R$ 2,0 bilhões, resultando um acréscimo de 85%, ou R$ 921,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2009, provenientes do lucro líquido do período. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 era de R$ 1,1 bilhão.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentava um endividamento financeiro composto por empréstimos e financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante no valor de R$ 526,6 milhões e um saldo de caixa de R$ 281,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia apresentava um endividamento financeiro composto por empréstimos e financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante no valor de R$ 336,7 milhões e um saldo de caixa de R$ 959,5 milhões. A Companhia encerrou o Exercício Social de 2009 com um endividamento financeiro (empréstimos e financiamentos e

debêntures registrados no passivo circulante e não circulante) de R$ 379,6 milhões, e um saldo de caixa de R$ 265,3 milhões.

(i) Hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) Fórmula do cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas e, portanto, também não há fórmula de cálculo do valor de resgate.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Caso a Companhia venha a necessitar de alguma forma de financiamento poderá adquirir empréstimos sob a forma de capital de giro ou debêntures, por meio de instituições especializadas com um prazo superior a 1 ano e as menores taxas praticadas pelo mercado tendo em vista a credibilidade conquistada pela companhia com as mesmas. Para maiores informações sobre os empréstimos e financiamentos dos últimos 3 anos ver item 10.1 (b).

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para o capital de giro da Companhia é a sua própria geração de caixa operacional. Além disso, a Companhia capta recursos por meio do mercado de capitais e instituições financeiras, para a realização de investimentos de curto e longo prazo. As fontes de financiamento para esta finalidade são, em geral, debêntures e empréstimos de médio e longo prazo chegando a um período de até 7 anos. As taxas praticadas perfazem a taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) mais 1,95% ao ano.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprimento de suas obrigações. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia possui condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais atuantes no país tanto através de debêntures como por empréstimo de capital de giro, se necessário devido ao seu *rating* no mercado.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

Estão listados abaixo todos os empréstimos e financiamentos relevantes contraídos pela Companhia e as debêntures e notas promissórias relevantes emitidas pela Companhia, correspondentes ao passivo circulante mais o não circulante das respectivas rubricas, os quais representam todo o seu endividamento relevante para os exercícios de 31 de dezembro 2009, 31 de dezembro 2010, e 31 de dezembro de 2011:

<u>Contratos de empréstimos e financiamentos</u>

A Companhia possuía um endividamento composto por empréstimos e financiamentos, Debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil em reais no montante de R$ 573,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, R$ 388,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 e de R$ 401,4 milhões em 31 de dezembro de 2009.

Segue abaixo um breve detalhamento e descrições dos contratos financeiros considerados relevantes pela Companhia:

Empréstimos Capital de Giro

	Remuneração	Em 2011	Em 2010	Em 2009
Banco Bradesco S.A.	CDI + 0,7% a.a.	-	-	20,4
Banco Santander S.A. - Empréstimo capital de giro	CDI + 2,2% a.a.	-	-	51,1
International Finance Corporation	IPCA + 3,5% a.a	49,5	48,8	-
DEG – Deutsche Investitions	Euribor + 3,25%	36,0	32,4	-
Proparco – Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique	Euribor + 3,25%	19,2	17,3	-
Total		**104,7**	**98,5**	**71,5**
Ciculante		**0,9**	**0,4**	**71,5**
Não Circulante		**103,8**	**98,1**	**-**

Em 6 de dezembro de 2007, a Companhia celebrou contrato de empréstimo junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R$ 50,0 milhões, sendo os principais termos do contrato os seguintes: (i) taxa de juros de 0,7% ao ano acima do Certificado de Depósito Interbancário; (ii) prazo de amortização do empréstimo em 36 meses; (iii) pagamentos semestrais de principal e juros; (iv) carência de 12 meses para o início do pagamento do principal; e (v) nota promissória em nome da Anhanguera Educacional Ltda. para garantia do empréstimo.

Em 30 de setembro de 2008, a Companhia celebrou contrato de empréstimo junto ao Banco Santander S.A. no valor principal de R$ 50,0 milhões, sendo os principais termos do contrato os seguintes: (i) taxa de juros de 2,2% ao ano além do Certificado de Depósito Interbancário; (ii) prazo de amortização do empréstimo em 12 meses; (iii) pagamento de juros e principal ao término do período; (i) Garantia: Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia e/ou de suas controladas, respeitado o limite de R$ 8.000.

Em 23 de dezembro de 2009, a Companhia celebrou contrato de empréstimo junto ao International Finance Corporation ("IFC"), SOCIÉTÉ DE PROMOTION ET DE PARTICIPATION POUR LA COOPÉRATION ÉCONOMIQUE ("Proparco") e DEUTSCHE INVESTITIONS- UND ENTWICKLUNGSGESELLSCHAFT MBH ("DEG") no montante de R$ 50.000 e € 23.000 mil, totalizando R$ 101.607 recebidos nos seguintes valores e datas, IFC R$ 50.000 em 1º de dezembro de 2010, DEG R$ 33.675 em 17 de dezembro de 2010 e Proparco R$ 17.932 em 16 de dezembro de 2010. O prazo para pagamento é de 7,5 anos, sendo 4,5 anos de carência em 6 pagamentos semestrais.

Para estes três contratos de financiamento mencionados acima, a Companhia deverá apresentar dois índices financeiros "covenants financeiros", conforme mencionado abaixo, no item "covenants financeiros".

Debêntures e notas promissórias

	Remuneração	Em 2011	Em 2010	Em 2009
2° emissão Nota Promissória	CDI + 4,0% a.a.	-	-	10,5
1° emissão Debentures	CDI + 3,5% a.a.	-	-	40,2
2° emissão Debentures	CDI + 2,5% a.a.	-	34,5	49,6
3° emissão Debentures serie 1	DI + 2,15% a.a.	-	191,2	189,1
3° emissão Debentures serie 2	IPCA + 8,7% a.a.	11,4	10,6	10
4° emissão Debentures	DI + 1,95% a.a.	407,1	-	-
Total		**418,5**	**236,3**	**299,4**
Ciculante		**13,9**	**37,6**	**68,2**
Não Circulante		**404,6**	**198,7**	**231,2**

Em 1 de julho de 2009, a Companhia realizou a 2ª emissão de Notas Promissórias nas seguintes condições: (i) valor de R$ 10,0 milhões com a emissão de 10 Notas Promissórias no valor nominal unitário de R$ 1.000; (ii) vencimento em 12 meses da data de emissão em 1º de julho de 2010; (iii) com pagamento de juros no vencimento equivalentes à variação do CDI divulgado pela CETIP, acrescido de spread de 4,0 % a.a. sobre o valor nominal unitário da Nota Promissória. A subsidiária Anhanguera Educacional Ltda. foi a garantidora deste compromisso mais hipoteca CHBC.

Em 3 de março de 2009, a Companhia realizou a 1ª emissão de Debêntures nas seguintes condições: (i) valor de R$ 40,0 milhões com a emissão de 1 debênture no valor nominal unitário de R$ 40,0 milhões; (ii) não conversíveis em ações; (iii) vencimento em 18 meses da data de emissão em 3 de setembro de 2010, amortização de juros trimestrais, contados a partir da data de emissão; (iv) com resgate possível pela Companhia, a qualquer tempo, mediante o pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração; (v) com pagamento de juros trimestral equivalente à variação do CDI divulgado pela CETIP, acrescido de spread de 3,5 % sobre o valor nominal unitário das Debêntures ainda não amortizadas, desde a integralização; (vi) com subscrição pelo seu valor nominal unitário em 13 de março de 2009 e integralização em moeda corrente nacional. Como garantia contou com aval solidário da subsidiária Anhanguera Educacional Ltda..

Em 21 de setembro de 2009, a Companhia realizou a 2ª emissão de Debêntures nas seguintes condições: (i) valor de R$ 50,0 milhões com a emissão de 50 debêntures no valor nominal unitário de R$ 1,0 milhão; (ii) não conversíveis em ações; (iii) vencimento em 13 parcelas a partir do 12º mês da data de emissão; (iv) com resgate possível pela Companhia, a qualquer tempo, mediante o pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração; (v) com pagamento de juros trimestral equivalente à variação do Certificado de Depósito Interbancário divulgado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, acrescido de spread de 2,5 % sobre o valor nominal unitário da debênture. Como garantia contou com aval solidário da subsidiária Anhanguera Educacional Ltda. que disponibilizou os recebíveis como garantia.

Em 3 de novembro de 2009, a Companhia realizou a 3ª emissão de Debêntures da espécie quirografária com garantia fidejussória, nas seguintes condições:

> 3ª emissão de debêntures - 1ª série (i) valor de R$ 190 milhões com emissão de 190 mil debêntures no valor nominal unitário de R$ 1,0 mil; (ii) não conversíveis em ações; (iii) o prazo de vencimento das debêntures 1ª série será de 36 meses da data de

emissão, vencendo-se, portanto, em 3 de novembro de 2012, amortização de juros semestral, contados a partir da data de emissão; (iv) com possível resgate antecipado parcial ou total pela Companhia, a partir do 18º mês da data de emissão, mediante o pagamento do valor nominal unitário não amortizado, acrescido da remuneração; (v) pagamento de juros semestral equivalente à 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI divulgado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, acrescido de 2,15% spread sobre o valor nominal unitário das debêntures ainda não amortizadas, desde a integralização; (vi) a integralização das debêntures 1ª série foi à vista em moeda corrente nacional;

3ª emissão de debêntures - 2ª série (i) valor de R$ 10,0 milhões com emissão de 10 mil debêntures no valor nominal unitário de R$ 1,0 mil; (ii) não conversíveis em ações; (iii) o prazo de vencimento das debêntures 2ª série será de 60 meses da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário atualizado de 50% em 03 de novembro de 2013 e 50% em 03 de novembro de 2014, amortização de juros anual, contados a partir da data de emissão; (iv) com possível resgate antecipado parcial ou total pela Companhia, a partir do 36º mês da data de emissão, mediante o pagamento do valor nominal unitário não amortizado, acrescido da remuneração; (v) atualização do valor nominal unitário a partir da data de emissão pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acrescido de spread 8,7 %; (vi) a integralização das debêntures 2ª série, foi à vista em moeda corrente nacional;

Em 28 de setembro de 2011, a Companhia realizou a 4ª emissão de Debêntures da espécie quirografária com garantia fidejussória, nas seguintes condições: (i) valor de R$400.000 com custo a apropriar de R$5.742 em 31 de dezembro de 2011, com emissão de 400 Debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000; (ii) não conversíveis em ações; (iii) o prazo de vencimento das debêntures é de 7 (sete) anos contados da data da emissão das Debêntures, vencendo-se portanto em 28 de setembro de 2018. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), capitalizada de uma sobretaxa de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis. A amortização do Valor Nominal Unitário será realizada em 8 (oito) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, a partir do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da data de emissão, inclusive, sendo devida a primeira parcela no dia 28 de março de 2015.

Para as emissões das debêntures mencionadas acima, a Companhia deverá apresentar índice financeiro "covenants financeiro", conforme mencionado abaixo, no item "covenants financeiros".

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe qualquer forma de subordinação entre as dívidas.

Covenants Financeiros

Os índices financeiros (*covenants*) requeridos pelas Debêntures são apresentados em conformidade com a seguinte fórmula:

Dívida Líquida/ EBITDA (Conforme definido no contrato de debêntures) – menor ou igual a 3x.

Nas quais:

"Dívida Líquida" significa a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, as Debêntures, saldos de passivos como compromissos a pagar e parcelamento de impostos, deduzidas as disponibilidades.

"EBITDA (Conforme definido no contrato de debêntures)" significa o resultado operacional antes das despesas financeiras, somado à depreciação e amortização de ágio, líquido de deságio.

Em 31 de dezembro 2011, a apuração desses índices financeiros da Companhia foi satisfatória, tendo em vista que a relação Dívida Líquida/EBITDA apurada neste período foi de 2,50.

Em 31 de dezembro 2010, a apuração desses índices financeiros da Companhia foi satisfatória, tendo em vista que a relação Dívida Líquida/EBITDA apurada neste período foi de (1,36).

Em 31 de dezembro 2009, a apuração desses índices financeiros da Companhia foi satisfatória, tendo em vista que a relação Dívida Líquida/EBITDA apurada neste período foi de (1,86).

Os índices financeiros (*covenants*) requeridos pelos Empréstimos são apresentados em conformidade com a seguinte fórmula:

A razão entre "Dívida Financeira Líquida" e o "EBITDA ajustado" inferior a 3,0 (três inteiros). Sendo que (a) "Dívida Financeira Líquida" significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais e arrendamento mercantil financeiro, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras diminuído de R$25.000, acrescido das dívidas e obrigações referente às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas; e; e (b) "EBITDA Ajustado" significa o resultado operacional antes das despesas financeiras, somado à depreciação e amortização, bem como a amortização de ágio, líquida de deságio.

A razão entre "Dívida de Curto Prazo Líquida" e o "EBITDA ajustado" inferior a 1,0 (um inteiro). Sendo que (a) "Dívida de Curto Prazo Líquida" significa a "Dívida Financeira Líquida" (conforme descrito acima) menos a "Dívida de Longo Prazo Líquida" – sendo esta ultima compreendida por itens da Dívida Financeira Líquida cujo vencimento ocorrer em mais de 1 ano após a data em que for incorrido; e (b) "EBITDA Ajustado" conforme já descrito acima.

Em 31 de dezembro 2011, a apuração desses índices financeiros da Companhia foi satisfatória, tendo em vista que a relação Dívida Líquida/EBITDA e Dívida de Curto Prazo Líquida/EBITDA apurada neste período foi de 2,68 e (0,16) respectivamente.

A Companhia respeita todos os instrumentos de garantia financeiros existentes em seus contratos de financiamento, possuindo total capacidade de obter empréstimos para financiar novos investimentos e aquisições, se necessário. A Companhia utiliza-se dos limites dos financiamentos não julgando necessário explicitar o limite de cada contrato.

Cronograma de Amortização

A Companhia possuía um endividamento composto por empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil em reais no montante de R$ 573,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, de R$ 388,0 milhões em 31 de dezembro 2010 e de R$ 401,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009.

De acordo com os administradores da Companhia, a geração de caixa confere margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de utilização de empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias contratados pela Companhia nos Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 correspondem a 100% de seu endividamento. Tais limites de utilização estão demonstrados na tabela abaixo:

	31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
Emprestimos e Financiamentos	110.849	103.560	76.204
Debentures e NP	424.336	239.353	299.427

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA

As principais linhas das demonstrações do resultado da Companhia são:

Receita Líquida

A receita líquida é o resultado da Receita de Mensalidades, Taxas, Serviços Acadêmicos e outros descontados os Impostos, Bolsas, Mensalidades Canceladas e Outras Deduções.

A Receita líquida está diretamente relacionada ao número de alunos matriculados nos cursos oferecidos e ao valor das mensalidades para cada curso.

A Companhia admite novos alunos nos Câmpus por meio de processos seletivos feitos ao menos duas vezes por ano para os Cursos Presenciais e quatro vezes por ano para os Cursos a Distância nos Câmpus e Polos, sendo que o processo principal é realizado ao final de cada ano para admissão dos alunos que ingressarão no início do ano seguinte. Os números de alunos matriculados e de novos alunos nos cursos estão diretamente relacionados ao número de unidades de ensino e ao número de cursos e vagas oferecidos pela Companhia nestas unidades.

Além da conclusão do curso, a evasão de alunos também influencia a receita líquida da Companhia. A evasão de alunos ocorre por conta de diversos fatores, entre eles, problemas financeiros e mudança de cidade de domicílio. Quando acontece a desistência de um aluno antes do final do semestre letivo, a Companhia cobra apenas as mensalidades referentes aos meses anteriores à sua desistência.

Historicamente, as variações de preços de mensalidades não foram homogêneas entre cursos e unidades, e poderão também não o ser no futuro, em virtude de suas estruturas de custos e despesas e, principalmente, das condições de cada mercado onde a Companhia atua. No entanto, historicamente a Companhia tem conseguido repassar o aumento de inflação que impacta seus custos e despesas operacionais nos valores das mensalidades cobradas.

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais

Custos dos Serviços Prestados: Os custos de serviços prestados da Companhia estão relacionados aos custos necessários para a operação de suas unidades. O custo com docentes nos Campus é o principal custo dos serviços prestados pela Companhia. O custo de docentes inclui principalmente o pagamento de horas ministradas em sala de aula e horas para coordenação de cursos, que compreende, entre outras atividades, a preparação das aulas, bem como atendimento de alunos e coordenação da atividade acadêmica nas unidades, além dos respectivos encargos trabalhistas e provisões de férias e décimo terceiro salário. O gasto com

docentes varia principalmente de acordo com o número de cursos e de alunos matriculados, a carga horária de cada um dos cursos e a titulação do corpo docente.

Custos de serviços prestados também englobam custo de pessoal de apoio aos cursos, custos de telecomunicações, custos de produção de conteúdo, diretoria das unidades e pessoal administrativo das unidades, ocupação (principalmente aluguel, Imposto Predial e Territorial Urbano, energia elétrica e água), serviços prestados por terceiros, materiais e outros custos operacionais das unidades como manutenção e transporte. Para a divisão Campus, os principais custos variam principalmente de acordo com o número de unidades e com o número de alunos matriculados em cada unidade.

Já para os Pólos, onde os custos da unidade são arcados pelos parceiros locais, que em função disso são remunerados com um percentual do faturamento, os custos de serviços prestados resumem-se principalmente à geração e distribuição de conteúdo e à remuneração de professores. Nos Centros de Ensino Profissionalizante, durante o período que a Companhia desenvolvia atividades por meio da Escola de Profissões S.A. (vendida em 10 de junho de 2010), o principal custo da Companhia referia-se à produção de material didático.

A partir do Exercício Social de 2008, parte da depreciação referente às atividades operacionais foi reclassificada para custo de serviços prestados.

Despesas com Vendas: As despesas de vendas são compostas de despesas de marketing e de provisão para créditos de liquidação duvidosa. As despesas de marketing estão relacionadas principalmente às campanhas de captação de alunos para os processos seletivos ou vestibulares. Desta forma, a despesa de captação é em grande parte proporcional à expectativa do número de novos alunos que iniciarão o semestre letivo subsequente. Além dos gastos com captação de alunos, a Companhia também realiza ações e campanhas com o foco em tornar seus atuais alunos fiéis aos cursos que oferece e em potencializar a recomendação de sua instituição, além de campanhas institucionais de fortalecimento da sua marca. Despesas com marketing incluem: (i) publicidade veiculada em redes de televisão, outdoors, rádio, jornal, entre outros veículos; (ii) equipes internas de vendas e marketing; (iii) publicações de artigos de professores e alunos, (iv) pessoal de apoio ao departamento de marketing, entre outros. Já a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita de acordo com a estimativa de recebimento de créditos baseado no histórico de recuperação de créditos vencidos pela administração da Companhia.

Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas incluem todas as despesas da administração central, inclusive as despesas operacionais da sede da Companhia, localizada em Valinhos. A despesa de pessoal da sede inclui o programa de remuneração variável, do qual participam os gerentes de área e diretores executivos. Além disso, despesas gerais e administrativas também abrangem outras despesas administrativas, quais sejam provisão para contingências, bem como outras receitas operacionais, como pagamentos por sublocação de espaço nas unidades por prestadores de serviços, recuperação de despesas, entre outras.

Depreciação e Amortização: As despesas com depreciação incluem a depreciação dos ativos da Companhia. As despesas com amortização abrangem a amortização de despesas pré-operacionais, inclusive despesas de marketing, de novas unidades e amortização de projetos específicos. A amortização de tais despesas diferidas vem sendo efetuada em cinco anos. A partir de 2009, de acordo com a Lei 11.638, a Companhia deixou de diferir custos e despesas pré-operacionais e a amortização do saldo passou a compor a rubrica de amortização.

Amortização: As despesas com amortização incluem, até 2008, a amortização de ágio. Conforme a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia registra como ágio o prêmio pago sobre o patrimônio líquido das sociedades que adquirimos de terceiros. Os ágios, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, estão baseados na rentabilidade futura das operações das empresas adquiridas de acordo com as projeções de rentabilidade desenvolvidas por empresa especializada, projetadas para amortização de acordo

com o prazo de recuperação do valor investido, conforme projeções descritas nos respectivos laudos de avaliação. A partir de 2009, de acordo com a Lei 11.638, a Companhia deixou de reconhecer em seu resultado a Amortização de Ágio.

Resultado Financeiro Líquido: As receitas ou despesas financeiras da Companhia refletem principalmente: (i) despesas relacionadas a endividamento de curto e longo prazo; (ii) receita de aplicações financeiras; (iii) receita de juros de mora e multas referentes a mensalidades em atraso; (iv) Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre as receitas financeiras; (v) despesas financeiras operacionais (CPMF e despesas bancárias); e (vi) outras taxas e encargos pagos a instituições financeiras.

Resultado Não Operacional: As receitas e despesas não-operacionais incluem doações recebidas pelos hospitais veterinários e clínicas de fisioterapia que fazem parte de cursos oferecidos na área de saúde da Companhia, multas fiscais, lucro ou prejuízo na venda de bens do ativo imobilizado ou de participação em outras sociedades, e ajuste no ativo fixo fruto de inventário realizado por empresa especializada. A partir da Lei 11.638, o grupo resultado não-operacional foi extinto.

Impostos de Renda e Contribuição Social: A legislação fiscal determina que a Companhia efetue o recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, os quais, em conjunto, costumam representar até aproximadamente 34% do lucro antes de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quando positivo. Contudo, desde a inserção no Programa Universidade para Todos em 2005, a Companhia goza de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre um percentual do lucro antes de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido proporcional à receita proveniente da prestação de serviços de ensino de cursos de graduação e graduação tecnológica. Em particular, as despesas com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aumentaram em 2007 e 2008 devido ao ágio das aquisições.

Participação de Acionistas Não Controladores: A linha de Participação de acionistas não controladores era composta por uma parcela de 70% do resultado líquido da Escola de Profissões S.A.. A Companhia detinha, até 10 de junho de 2010, 30% do capital social desta empresa e, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia consolidava em seu resultado 100% do lucro líquido da Microlins, sendo que 70% deste referido lucro líquido reserva-se aos acionistas não controladores, detentores dos 70% restantes do capital social da Microlins.

Análise da Demonstração de Resultados – Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010

A tabela a seguir contém informações extraídas das informações anuais consolidadas da Companhia para 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Período Encerrado em 31 de Dezembro de				Variação (%)
	2010	%AV	2011	%AV	2011/2011
Receita Líquida dos serviços Prestados	**1.003.839**	**100,0%**	**1.232.168**	**100,0%**	**22,7%**
Custos diretos dos serviços prestados	(592.427)	-59,0%	(785.241)	-63,7%	32,5%
Lucro bruto	**411.412**	**41,0%**	**446.927**	**36,3%**	**8,6%**
Outras despesas operacionais					
Despesas com vendas	(134.907)	-13,4%	(181.600)	-14,7%	34,6%
Despesas gerais e administrativas	(134.248)	-13,4%	(172.092)	-14,0%	28,2%
Depreciação e amortização	(26.402)	-2,6%	(36.460)	-3,0%	38,1%
Outras receitas e despesas operacionais	41.157	4,1%	29.321	2,4%	-28,8%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	**157.012**	**15,6%**	**86.096**	**7,0%**	**-45,2%**
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	(49.094)	-4,9%	(17.977)	-1,5%	-63,4%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**107.918**	**10,8%**	**68.119**	**5,5%**	**-36,9%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(35.484)	-3,5%	(18.061)	-1,5%	-49,1%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	49.188	4,9%	(7.921)	-0,6%	-116,1%
Lucro Líquido Antes da Participação de Acionistas Não Controladores	**121.622**	**12,1%**	**42.137**	**3,4%**	**-65,4%**
Acionistas não controladores	1.264	0,1%	-	0,0%	-100,0%
Lucro Líquido do Período	**122.886**	**12%**	**42.137**	**3%**	**-65,7%**

Receita Líquida dos Serviços Prestados

Em 2011 a Receita Líquida representou R$1.232,2 milhões, crescimento de 22,7% na comparação com 2010, que havia sido de R$ 1.003,8 milhões, no mesmo período.

Custos Diretos dos Serviços Prestados

Em 2011 a Companhia atingiu R$785,2 milhões de custo dos serviços prestados, representando 63,7% da Receita Líquida, um aumento de 4,7 p.p comparados a 2010. Esse aumento reflete a menor eficiência dos câmpus recém-adquiridos, efeito parcialmente mitigado pela maior eficiência nos Campus já existentes com: (i) a diluição do custo fixo com o maior número de alunos médio por campus; (ii) a melhoria da estrutura de custo das unidades adquiridas entre 2007 e 2008; e (iii) o crescimento em Campus do número de alunos em cursos com disciplinas à distância.

Lucro bruto

Tendo em visto o exposto acima, o Lucro Bruto da Anhanguera Educacional atingiu R$446,9 milhões em 2011, crescimento de 8,63% em relação a 2010, representando 36,3% de margem bruta, 4,7 p.p. inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Despesas de Vendas

As Despesas de Vendas foram de R$181,6 milhões em 2011, aumento de 1,3 p.p sobre a receita líquida em comparação a 2010. Esse aumento refere-se a dois fatores principais: primeiro pela adequação à nova política de provisionamento de títulos, na qual os títulos vencidos a mais de 180 dias são provisionados, no quarto trimestre. Em segundo lugar, pela intensificação da campanha de marketing direcionada às unidades adquiridas.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas em 2011 foram R$172 milhões. Isso representa aumento de 0,6p.p em comparação com 2010. Esse aumento decorre principalmente devido a despesas relacionadas às atividades de fusões e aquisições ("M&A"), tais como advogados, brokers, auditores e 54 pessoas das equipes de integração/M&A, bem como despesas de reestruturação das instituições adquiridas.

Depreciação e Amortização

As Despesas com Depreciação e Amortização subiram de R$ 26,4 milhões em 2010 para R$ 36,5 milhões em 2011, isso representa aumento de 0,4 p.p em comparação a 2010,principalmente pelo aumento de intangível.

Outras receitas operacionais

Outras Receitas Operacionais caíram de R$ 41,2 milhões em 2010, para R$ 29,3 milhões em 2011. Isso representa uma queda de R$ 1,7 p.p de um ano para o outro.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2011 foi apurado um Resultado Financeiro Líquido de R$ 18 milhões contra R$ 49 milhões em 2010: em 2011, as receitas financeiras geraram R$ 114,2 milhões principalmente por rendimento de aplicações financeiras comparadas com R$ 58,7 milhões em 2010, aumento de 94,6%, reflexo do caixa médio do ano, mitigado por uma despesa de R$ 132,2 milhões em 2011, explicado, principalmente, pelo aumento de juros sobre dívidas (empréstimos bancários e debêntures, e compromissos a pagar).

Lucro/ prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

A conta lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de um lucro de R$ 107,9 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2010 para um lucro de R$ 68,1 milhões no mesmo período em 2011.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de R$ 35,5 milhões, para R$ 18 milhões em 2011. O imposto de renda e contribuição social diferido que no exercício de 2010 foi de (R$49,2) milhões, em parte explicado pela incorporação da empresa LFG Business, Edições e Participações Ltda, em 2011 foi de R$ 7,9 milhões.

Participação de acionistas não controladores

Em 2011 não houve participação de acionistas não controladores. Em 2010 devido a alienação da empresa Microlins em 10 de Junho de 2010, o valor havia sido de R$ 1,3 milhão.

Lucro líquido do período

Tendo em vista o exposto acima, o lucro líquido da Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R$42,1 milhões enquanto no mesmo período de 2010 representou um lucro de R$ 122,9 milhões.

Análise da Demonstração de Resultados – Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

A tabela a seguir contém informações extraídas das informações anuais consolidadas da Companhia para 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	Período social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2009	%AV	2010	% AV	2010/2009
	(Em milhares de R$, exceto se indicado de outra forma)				
Receita líquida dos serviços prestados	**904.548**	**100,0%**	**1.003.839**	**100,0%**	**11,0%**
Custos diretos dos serviços prestados	(546.922)	-60,5%	(592.427)	-59,0%	8,3%
Lucro bruto	**357.626**	**39,5%**	**411.412**	**41,0%**	**15,0%**
Outras despesas operacionais					
Despesas com vendas	(116.810)	-12,9%	(134.907)	-13,4%	15,5%
Despesas gerais e administrativas	(133.975)	-14,8%	(134.248)	-13,4%	0,2%
Depreciação e amortização	(2.617)	-0,3%	(26.402)	-2,6%	908,9%
Resultado da equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-
Outras receitas operacionais	3.139	0,3%	41.157	4,1%	1211,2%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**107.363**	**11,9%**	**157.012**	**15,6%**	**46,2%**
Resultado financeiro líquido	(32.936)	-3,6%	(49.094)	-4,9%	49,1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**74.427**	**8,2%**	**107.918**	**10,8%**	**45,0%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.008)	-1,9%	(35.484)	-3,5%	108,6%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	10.030	1,1%	49.188	4,9%	390,4%
Lucro líquido do exercício antes das participações de acionistas não controladores	**67.449**	**7,5%**	**121.622**	**12,1%**	**80,3%**
Participação de acionistas não controladores	(1.262)	-0,1%	1.264	0,1%	-200,2%
Lucro líquido do período	**66.187**	**7,3%**	**122.886**	**12,2%**	**85,7%**

Receita Líquida dos Serviços Prestados

A receita líquida dos serviços da Companhia aumentou 11%, passando de R$ 904,5 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R$ 1.003,8 milhões no mesmo período em 2010.

Custos Diretos dos Serviços Prestados

Os custos diretos de serviços prestados cresceram 8,3%, passando de R$ 546,9 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R$ 592,4 milhões no mesmo período de 2010. Como percentual da receita líquida, tais custos sofreram redução de 1,5 p.p., passando de 60,5% no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 59,0% no mesmo período de 2010. As variações nos custos diretos dos serviços prestados ocorreram principalmente devido (i) ao maior crescimento relativo da divisão Polos, com custo por aluno menor que na divisão Campus, (ii) à diluição do custo fixo devido ao aumento do número médio de 15,6% de alunos matriculados em cursos da Anhanguera Educacional e (iii) da progressiva melhoria da estrutura de custo das unidades adquiridas com a implantação do modelo acadêmico e administrativo da Companhia. Com a transição das práticas contábeis, fora revisado a vida útil dos ativos de acordo com a CPC 27 e ajustes de IFRS.

Lucro bruto

Tendo em vista o exposto, o lucro bruto aumentou 15%, passando de R$ 357,6 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R$ 411,4 milhões no mesmo período de 2010.

Despesas de Vendas

As despesas de vendas aumentaram 15,5%, de R$ 116,8 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R$ 134,9 milhões no mesmo período de 2010. Como percentual da receita líquida, as despesas de vendas aumentaram de 12,9% no período encerrado em 31 de dezembro de 2009, para 13,4% no mesmo período de 2010.

Esta variação está relacionada ao aumento das despesas de *marketing*, ocasionadas, principalmente, pela campanha de *marketing* do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 0,2%, passando de R$ 133,9 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R$ 134,2 milhões no mesmo período em 2010. Como percentual da receita líquida, reduziram 1,4 p.p., de 14,8% no período encerrado em 31 de dezembro 2009 para 13,4% no mesmo período de 2010, explicada pela continuidade da integração entre as diferentes divisões de negócios da Companhia. Alem disso, o ajuste de IFRS tem efeito em "Outras Receitas Operacionais" com a revisão do compromissos a pagar de aquisições e reavaliações de ativos imobilizados vendidos em 2009 e 2010.

Depreciação e Amortização

Houve crescimento nas despesas de depreciação e amortização, passando de R$ 2,6 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R$ 26,4 milhões no mesmo período em 2010. Este crescimento decorre do aumento da base de Ativo Imobilizado, relacionado a expansão decorrente principalmente da expansão de unidades existentes e aumento do acervo de livros da Companhia.

Outras receitas operacionais

As Outras receitas operacionais passaram de R$ 3,1 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R$ 41,1 milhões no mesmo período em 2010. Como percentual da receita líquida, aumentaram 3,8 p.p., de 0,3% no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 4,1% no mesmo período de 2010.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido diminuiu R$ 16,1 milhões, passando de uma despesa líquida de R$ 32,9 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma despesa líquida de R$ 49,0 milhões no mesmo período em 2010. Através da transição das práticas contábeis, os juros de obras em andamento financiadas por empréstimos passaram a ser capitalizados.

Lucro/ prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

A conta lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de um lucro de R$74,4 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para um lucro de R$107,9 milhões no mesmo período em 2010.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de R$ 17,0 milhões, para R$ 35,5 milhões no mesmo período em 2010. O imposto de renda e contribuição social diferido no ano de exercício de 2009 foi de R$ 10,0 milhões, 3,8 p.p da Receita Líquida menor que o registrado em 2010, quando atingiu R$ 49,2 milhões, em parte explicado pela incorporação da empresa LFG Business, Edições e Participações Ltda.

Participação de acionistas não controladores

A participação de acionistas não controladores, referente a 70% do resultado líquido da Microlins, no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 registrou valor de (R$ 1,2) milhão e com a alienação da empresa Microlins em 10 de Junho de 2010, o valor era de R$ 1,2 milhão.

Lucro líquido do período

Tendo em vista o exposto acima, o lucro líquido da Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R$ 66,2 milhões enquanto no mesmo período de 2010 representou um lucro de R$ 122,9 milhões.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DO BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA

As principais linhas do balanço patrimonial da Companhia são:

Principais Contas de Ativo

Contas a Receber

A linha de contas a receber da Companhia é composta pelas mensalidades e acordos em aberto, celebrados com os alunos dos cursos de graduação, graduação tecnológica, pós-graduação e cursos de educação continuada, além dos valores a receber de venda de livros. Essa conta tem como redutora a provisão para devedores duvidosos, constituída de acordo com os critérios contábeis legalmente aceitos.

Impostos diferidos ativos

Os impostos ativos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias. Foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia é composto principalmente por terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, acervos de biblioteca, instalações, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, utilizados na operação da Companhia. O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. A depreciação é feita pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente pela Companhia e suas controladas. Os seguintes critérios são aplicados:

• Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

• Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:

(i) Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda;

(ii) Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;

(iii) Capacidade para usar ou vender o ativo intangível;

(iv) Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos;

(v) Disponibilidade de recursos técnicos financeiros;

(vi) Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento;

A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização dos ágios por expectativa de rentabilidade futura gerado nas aquisições de empresas foram cessados. Dessa forma, a Companhia avalia

anualmente o valor recuperável destes ativos conforme disposto no Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 01.

Investimentos

A linha Investimentos é composta pela participação em Companhias subsidiárias, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Principais Contas de Passivo

Compromissos a Pagar

A conta Compromissos a Pagar é composta basicamente pelas dívidas assumidas com ex-proprietários das empresas adquiridas pela Companhia ajustadas a valor presente com base em uma taxa de juros efetiva na data da transação. Esses valores possuem a característica de garantia a eventuais contingências dessas empresas que, de acordo com o contrato de compra e venda, são de responsabilidade dos antigos proprietários.

Empréstimos

É composto por empréstimos e financiamentos firmados com Bancos, registrado pelo principal mais taxas de juros calculados pro-rata-dia de acordo com cada contrato.

Salários e Encargos

A linha de salários e encargos é composta por salários a pagar, provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos, Instituto Nacional do Seguro Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço a pagar, todos provisionados de acordo com a competência das despesas.

Impostos diferidos passivos

Os impostos passivos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias. Foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

A Companhia apresentava suas transações com partes relacionadas numa rubrica especifica no ativo e no passivo. Para uma melhor apresentação e divulgação comparativa, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram reclassificadas em conexão com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. Tais reclassificações não produzem alteração na posição patrimonial e financeira da Companhia considerando a segregação de circulante e não circulante. Veja as reclassificações efetuadas abaixo:

Balanço patrimonial	2.010	Reclassificação	2.010 (reclassificado)	2.009	Reclassificação	2.009 (reclassificado)
Ativo						
Circulante						
Outras contas a receber	21.516	8.827	30.343	16.143	22.509	38.652
Partes relacionadas	8.827	(8.827)	-	22.509	(22.509)	-
	30.343	**-**	**30.343**	**38.652**	**-**	**38.652**
Passivo						
Circulante						
Outras contas a receber	-	-	-	35.562	3.566	39.128
Partes relacionadas	-	-	-	3.566	(3.566)	-
	-	**-**	**-**	**39.128**	**-**	**39.128**

Análise dos Balanços Patrimoniais da Companhia - Comparação Entre a Posição Patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011

A tabela a seguir contém informações extraídas dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia para 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011:

	31 de dezembro				% Variação
	2010	% AV	2011	% AV	2010/2011
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	908.586	31,00%	281.083	7,70%	-69,10%
Aplicações financeiras	50.901	1,70%	-	0,00%	-100,00%
Mensalidades a receber	245.241	8,40%	321.175	8,80%	31,00%
Estoques	6.160	0,20%	21.694	0,60%	252,20%
Impostos a recuperar	26.146	0,90%	60.086	1,60%	129,80%
Outras contas a receber	30.343	1,00%	130.423	3,60%	329,80%
Despesas antecipadas	1.472	0,10%	2.416	0,10%	64,10%
Bens Destinados para Venda	13.745	0,50%	-	0,00%	-100,00%
Total Ativo Circulante	**1.282.594**	**43,80%**	**816.877**	**22,40%**	**-36,30%**
Não circulante					
Depósitos judiciais	1.348	0,00%	23.298	0,60%	1628,30%
Mensalidades a receber	6.679	0,20%	4.007	0,10%	-40,00%
Outras contas a receber	48.096	1,60%	58.653	1,60%	21,90%
Impostos diferidos	147.859	5,00%	271.725	7,40%	83,80%
Impostos a recuperar	2.228	0,10%	2.452	0,10%	10,10%
Despesas antecipadas	-	0,00%	73	0,00%	n/a
Imobilizado	607.591	20,70%	742.832	20,40%	22,30%
Intangível	832.821	28,40%	1.727.683	47,40%	107,40%
Total ativo não circulante	**1.646.622**	**56,20%**	**2.830.723**	**77,60%**	**71,90%**
Ativo total	**2.929.216**	**100,00%**	**3.647.600**	**100,00%**	**24,50%**

	31 de dezembro				% Variação
	2010	% AV	2011	% AV	2010/2011
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	976	0,00%	2.023	0,10%	107,30%
Debentures	37.620	1,30%	13.919	0,40%	-63,00%
Vendor	26.070	0,90%	21.224	0,60%	-18,60%
Fornecedores	7.847	0,30%	35.012	1,00%	346,20%
Salários, férias e encargos sociais	53.455	1,80%	78.993	2,20%	47,80%
Impostos e contribuições a recolher	17.452	0,60%	130.050	3,60%	645,20%
Impostos parcelados	5.007	0,20%	12.782	0,40%	155,30%
Anuidades antecipadas	12.197	0,40%	7.621	0,20%	-37,50%
Compromissos a pagar	20.190	0,70%	186.707	5,10%	824,70%
Imposto de renda e contribuição social	22.253	0,80%	31.907	0,90%	43,40%
Outras contas a pagar	23.810	0,80%	26.309	0,70%	10,50%
Arrendamento mercantil a pagar	791	0,00%	1.532	0,00%	93,70%
Dividendo proposto a pagar	1.249	0,00%	435	0,00%	-65,20%
Total passivo circulante	**228.917**	**7,80%**	**548.514**	**15,00%**	**139,60%**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	99.388	3,40%	106.127	2,90%	6,80%
Debentures	198.683	6,80%	404.547	11,10%	103,60%
Impostos parcelados	17.178	0,60%	36.220	1,00%	110,90%
Compromissos a pagar	217.735	7,40%	215.556	5,90%	-1,00%
Imposto de renda e contribuição social diferido	106.418	3,60%	235.546	6,50%	121,30%
Outras contas a pagar	874	0,00%	2.531	0,10%	189,60%
Arrendamento mercantil a pagar	24.462	0,80%	24.101	0,70%	-1,50%
Provisão para contingências	30.801	1,10%	68.859	1,90%	123,60%
Total passivo não circulante	**695.539**	**23,70%**	**1.093.487**	**30,00%**	**57,20%**
Patrimônio líquido					
Capital social	1.802.265	61,50%	1.802.265	49%	0,00%
Reserva legal	6.512	0,20%	8.619	0%	32,40%
Reserva de lucro	122.489	4,20%	174.467	5%	42,40%
Ajuste de avaliação patrimonial	73.494	2,50%	62.607	2%	-14,80%
Reserva de capital	-	0,00%	1.299	0%	n/a
Ações em tesouraria	-	0,00%	-43.658	-1%	n/a
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	**2.004.760**	**68,40%**	**2.005.599**	**55,00%**	**0,00%**
Total Patrimônio líquido	**2.004.760**	**68,40%**	**2.005.599**	**55%**	**0,00%**
Passivo Total	**2.929.216**	**100,00%**	**3.647.600**	**100%**	**24,50%**

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia diminuiu 36,30%, passando de R$ 1,28 bilhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 0,82 bilhões em 31 de dezembro de 2011.

As principais variações foram: (i) diminuição de R$ 678,4 milhões ou de 70,7% em caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeiras, passando de R$ 959,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 281,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido, principalmente, a pagamentos das aquisições de subsidiárias em 2011 e a quitação de compromissos a pagar de subsidiárias adquiridas antes do exercício 2011; (ii) aumento de R$ 75,9 milhões, ou 31,00%, nas mensalidades a receber, que passaram de R$ 245,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 321,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, em virtude principalmente do aumento da receita de mensalidades entre esses mesmos períodos e ao aumento do contas a receber pela aquisição de controladas; (iii) aumento de R$ 15,5 milhões ou 252,2% em estoques, que passaram de R$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente às aquisições do Programa do Livro Texto (PLT), para posterior venda aos alunos; (iv) aumento de R$ 33,9 milhões ou de 129,8% em impostos a recuperar, passando de R$ 26,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 60,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido, principalmente, a impostos retidos sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL da subsidiária Anhanguera Educacional Ltda. que no final do exercício teve redução do lucro fiscal; (v) aumento de R$ 100,1 milhões ou 329,8% em outras contas a receber, passando de R$ 30,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 130,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido, principalmente, ao registro de contas a receber de ex-proprietário da controlada Academia Paulista Anchieta Ltda devido a possíveis contingências a serem pagas pela companhia; (vi) Reclassificação de R$ 13,7 milhões em Bens Destinados para Venda, devido a não realização da venda no período de 12 meses.

Ativo não circulante

O Ativo não circulante aumentou 71,9%, passando de R$ 1,60 bilhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 2,8 bilhões em 31 de dezembro de 2011.

As principais variações foram: (i) aumento de R$ 22,00 milhões ou de 1.628,3% em Depósitos judiciais, passando de R$ 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 23,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente aos saldos consolidados das subsidiárias adquiridas no exercício; (ii) aumento de R$ 10,6 milhões ou de 21,9% em Outras contas a receber, passando de R$ 48,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 58,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente ao registro de contas a receber referentes a contingências de ex-proprietário; (iii) o aumento de R$ 123,9 milhões ou de 83,8% em impostos diferidos calculados com base em diferenças temporárias de lucro contábil e lucro fiscal, passando de R$ 147,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 271,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente as diferenças temporárias da aplicação CPC 15(R1) para alocação dos valores justos nas combinações de negócios e provisões temporárias para crédito de liquidação duvidosa; (iv) o aumento de 135,2 milhões ou 22,3% no imobilizado passando de R$ 607,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 742,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido principalmente à construção de novos Campus e à manutenção e expansão dos Campus existentes e aquisições de empresas e (vi) o aumento de R$ 894,9 milhões ou 107,4% de intangíveis, passando de R$ 832,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para 1.727,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido, principalmente, a geração de ágio nas aquisições de subsidiárias.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante da Companhia aumentou 139,6%, passando de R$ 228,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 548,5 milhões em 31 de dezembro de 2011.

As principais variações foram: (i) redução de R$ 23,7 milhões ou 63,0% em debêntures, passando de R$ 37,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido principalmente à quitação da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures; (ii) aumento de 27,1 ou 346,2% em Fornecedores, passando de R$ 7,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 35,0 em 31 de dezembro de 2011 devido, principalmente as aquisições do Programa do Livro Texto (PLT), para posterior venda aos alunos e aos saldos consolidados das subsidiárias adquiridas no final do exercício; (iii) aumento de R$ 25,5 milhões, ou 47,8%, no saldo de salários, férias e encargos sociais; (iv) aumento de R$ 112,6 milhões ou 645,2% em impostos e contribuições a recolher, que passaram de R$ 17,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 130,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido principalmente ao registro dos autos de infração de Imposto sobre Serviços (ISS) da subsidiária adquirida no exercício Academia Paulista Anchieta Ltda; (v) aumento de R$ 7,8 milhões em Impostos parcelados; (vi) aumento de R$ 166,5 milhões ou 824,7% em compromissos a pagar, passando de R$ 20,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 186,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 em função das aquisições de subsidiárias no exercício; (vii) aumento de R$ 9,7 milhões de Imposto de renda e contribuição social.

Passivo não circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou R$ 397,9 milhões, passando de R$ 695,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 1.093,5 milhões em 31 de dezembro de 2011.

As principais variações decorrem: (i) aumento de R$ 6,7 milhões em empréstimos bancários; (ii) aumento de R$ 205,9 milhões ou 103,6% em debêntures passando de R$ 198,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 404,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido principalmente à 4ª emissão de Debêntures, compensadas pela quitação da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures; (iii) aumento de R$ 19,0 de Impostos parcelados; (iv) redução de 2 milhões em compromissos a pagar; (v) aumento de R$ 129,1 ou 121,3% passando de R$ 106,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 235,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 em impostos diferidos calculados com base em diferenças temporárias de lucro contábil e lucro fiscal, principalmente pelas diferenças temporárias da aplicação CPC 15(R1) para alocação dos valores justos nas combinações de negócios; (vi) aumento de R$ 38,1 milhões ou 123,6% em provisão para contingências passando de R$ 30,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 68,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 principalmente, ao aumento de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais relacionadas às aquisições de subsidiárias no exercício.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 0,8 milhões, passando de R$ 2.004,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 2.005,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, principalmente em decorrência, lucro líquido do exercício de R$ 42,1 milhões distribuídos, nas seguintes rubricas: (i) aumento de R$ 52,0 milhões na reserva de lucro; (ii) do aumento em reserva legal de R$ 2,1 milhões; e (iii) dividendos mínimo obrigatório de R$ 0,4 milhões. No exercício a companhia efetuou a recompra de ações que gerou um total de R$ 43,7 milhões em ações em tesouraria e uma reserva de capital de R$ 1,3 milhões pelo ganho na alienação no exercício e redução de 10,9 de ajuste de avaliação patrimonial pela realização dos imobilizados realizados.

Análise dos Balanços Patrimoniais da Companhia - Comparação Entre a Posição Patrimonial em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado para o IFRS) e 31 de dezembro de 2010

A tabela a seguir contém informações extraídas dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia para 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010:

	31 de dezembro				% Variação
	2009	% AV	2010	% AV	2009/2010
	(Em milhares de R$, exceto se indicado de outra forma)				
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	265.253	13,60%	908.586	31,00%	242,50%
Aplicações financeiras	-	0,00%	50.901	1,70%	n/a
Mensalidades a receber	199.502	10,20%	245.241	8,40%	22,90%
Estoques	11.619	0,60%	6.160	0,20%	-47,00%
Impostos a recuperar	18.081	0,90%	26.146	0,90%	44,60%
Outras contas a receber	38.652	2,00%	30.343	1,00%	-21,50%
Despesas antecipadas	1.601	0,10%	1.472	0,10%	-8,10%
Bens Destinados para Venda	13.745	0,70%	13.745	0,50%	0,00%
Total Ativo Circulante	**548.453**	**28,10%**	**1.282.594**	**43,80%**	**133,90%**
Não circulante					
Depósitos judiciais	1.570	0,10%	1.348	0,00%	-14,10%
Mensalidades a receber	3.969	0,20%	6.679	0,20%	68,30%
Outras contas a receber	35.562	1,80%	48.096	1,60%	35,20%
Partes relacionadas	3.566	0,20%	-	0,00%	-100,00%
Impostos diferidos	54.678	2,80%	147.859	5,00%	170,40%
Impostos a recuperar	2.031	0,10%	2.228	0,10%	9,70%
Despesas antecipadas	11	0,00%	-	0,00%	-100,00%
Imobilizado	498.220	25,60%	607.591	20,70%	22,00%
Intangível	800.985	41,10%	832.821	28,40%	4,00%
Total ativo não circulante	**1.400.592**	**71,90%**	**1.646.622**	**56,20%**	**17,60%**
Ativo total	**1.949.045**	**100,00%**	**2.929.216**	**100,00%**	**50,30%**

	31 de dezembro				% Variação
	2009	% AV	2010	% AV	2009/2010
	(Em milhares de R$, exceto se indicado de outra forma)				
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	76.298	3,90%	976	0,00%	-98,70%
Debentures e notas promissórias	68.207	3,50%	37.620	1,30%	-44,80%
Vendor	19.132	1,00%	26.070	0,90%	36,30%
Fornecedores	15.400	0,80%	7.847	0,30%	-49,00%
Salários, férias e encargos sociais	48.693	2,50%	53.455	1,80%	9,80%
Impostos e contribuições a recolher	15.634	0,80%	17.452	0,60%	11,60%
Impostos parcelados	5.074	0,30%	5.007	0,20%	-1,30%
Anuidades antecipadas	18.351	0,90%	12.197	0,40%	-33,50%
Compromissos a pagar	29.933	1,50%	20.190	0,70%	-32,50%
Imposto de renda e contibuição social	8.228	0,40%	22.253	0,80%	170,50%
Outras contas a pagar	23.599	1,20%	23.810	0,80%	0,90%
Arrendamento mercantil a pagar	243	0,00%	791	0,00%	225,50%
Dividendo proposto a pagar	1.180	0,10%	1.249	0,00%	5,80%
Total passivo circulante	**329.972**	**16,90%**	**228.917**	**7,80%**	**-30,60%**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	3.916	0,20%	99.388	3,40%	2438,00%
Debentures e notas promissórias	231.220	11,90%	198.683	6,80%	-14,10%
Fornecedores	-	0,00%	0	0,00%	n/a
Impostos parcelados	16.283	0,80%	17.178	0,60%	5,50%
Compromissos a pagar	206.652	10,60%	217.735	7,40%	5,40%
Imposto de renda e contibuição social diferido	62.425	3,20%	106.418	3,60%	70,50%
Outras contas a pagar	981	0,10%	874	0,00%	-10,90%
Arrendamento mercantil a pagar	2.371	0,10%	24.462	0,80%	931,70%
Provisão para contingências	11.851	0,60%	30.801	1,10%	159,90%
Total passivo não circulante	**535.699**	**27,50%**	**695.539**	**23,70%**	**29,80%**
Patrimônio líquido					
Capital social	1.002.800	51,50%	1.802.265	62%	79,70%
Reserva legal	2.490	0,10%	6.512	0%	161,50%
Reserva de lucro	45.441	2,30%	122.489	4%	169,60%
Ajuste de avaliação patrimonial	81.120	4,20%	73.494	3%	-9,40%
(Prejuízos) acumulados	-48.949	-2,50%	0	0%	-100,00%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	**1.082.902**	**55,60%**	**2.004.760**	**68,40%**	**85,10%**
Participação de acionistas não controladores	**472**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**-100,00%**
Total Patrimônio líquido	**1.083.374**	**55,60%**	**2.004.760**	**68%**	**85,00%**
Passivo Total	**1.949.045**	**100,00%**	**2.929.216**	**100%**	**50,30%**

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia cresceu 133,9%, passando de R$ 0,55 bilhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 1,28 bilhões em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações foram: (i) aumento de R$ 694,2 milhões ou 261,7% em caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras, passando de R$ 265,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 959,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 devido, principalmente, à captação de recursos obtidos por meio da emissão de ações da Companhia ocorrida no quarto trimestre de 2010 e a empréstimos captados no exterior dos bancos IFC, PROPARCO E DEG; (ii) aumento de R$ 45,7 milhões, ou 22,9%, nas mensalidades a receber, que passaram de R$ 199,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 245,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, em virtude principalmente do aumento da receita de mensalidades de 17,89% entre esses mesmos períodos e ao aumento da inadimplência; (iii) redução de R$ 5,5 milhões em estoques, devido principalmente a postergação da aquisição do Programa do Livro Texto (PLT), para posterior venda aos alunos; (iv) aumento de R$ 8,1 milhões ou 44,6% em impostos a recuperar, passando de R$ 18,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 26,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 devido, principalmente, a impostos retidos sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL da subsidiária Anhanguera Educacional Ltda. que no final do exercício teve redução do lucro fiscal; (v) aumento de R$ 8,3 milhões ou 21,5% em outras contas a receber, passando de R$ 38,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 30,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 devido, principalmente, a adiantamento de férias em dezembro de 2010 a serem gozadas em janeiro de 2011;

Ativo não circulante

O Ativo não circulante aumentou 17,6%, passando de R$ 1,40 bilhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 1,65 bilhões em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações foram: (i) o aumento de R$ 2,7 milhões de mensalidades a receber; (ii) o aumento de R$ 12,5 milhões de outras contas a receber, que passaram de R$ 35,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 48,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, devido, principalmente, ao aumento do contas a receber de pólos de ensino a distância, ao aumento de contas a receber de contingências de ex-proprietários e ao aumento dos valores das contas escrow de ex-proprietários; (iii) quitação do saldo de empréstimos com partes relacionadas no valor R$ 3,6 milhões, referente aos contratos de mútuo com acionistas minoritários; (iv) aumento de R$ 93,2 milhões em impostos diferidos calculados com base em diferenças temporárias de lucro contábil e lucro fiscal, principalmente referente a prejuízo fiscal, constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e às diferenças temporárias dos ajustes pela adoção do IFRS; (v) o aumento de 109,4 milhões, ou 22,0%, no imobilizado passando de R$ 498,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 607,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 devido, principalmente, à construção de novos Campus e à manutenção e expansão dos Campus existentes, sendo parcialmente compensada pela venda de imóveis e (vi) o aumento de R$ 31,8 milhões ou 4% de intangíveis, passando de R$ 801,0 milhões em 31 de dezembro de 2009 para 832,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 devido, principalmente, a geração de ágio na aquisição da subsidiária UNIPLI.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante da Companhia diminuiu 30,6%, passando de R$ 330,0 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 228,9 milhões em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações foram: (i) redução de R$ 75,3 milhões ou (98,7%) em empréstimos bancários, passando de R$ 76,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 1 milhão em 31 de dezembro de 2010 devido, principalmente, a pagamentos de empréstimos vencidos no decorrer do exercício de 2010; (ii) redução de 30,6 ou (44,8%) em debêntures e notas promissórias, passando de R$ 68,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 37,6 em 31 de dezembro de 2010 devido, principalmente, a pagamentos de notas promissórias e

debêntures vencidas no decorrer do exercício de 2010; (iii) aumento de R$ 6,9 milhões, ou 36,3% em operações de vendor, passando de R$ 19,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 para 26,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 devido a ampliação em 2010 das operações de renegociações com alunos; (iv) redução de R$ 7,6 milhões, ou (49,0%) em contas a pagar a fornecedores, passando de R$ 15,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 para 7,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 devido, principalmente, a realização de campanha para redução do prazo de pagamento; (v) aumento de R$ 4,8 milhões, ou 9,8%, no saldo de salários, férias e encargos sociais; (vi) aumento de R$ 1,8 milhões ou 11,6% em impostos e contribuições a recolher, que passaram de R$ 15,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 17,5 milhões em 31 de dezembro de 2010; (vii) redução de R$ 6,2 milhão em anuidades antecipadas; (viii) redução de R$ 9,7 milhões ou (32,5%) em compromissos a pagar, passando de R$ 29,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 20,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 em função dos pagamentos das parcelas de compromissos a pagar no decorrer do exercício de 2010; e (ix) aumento de imposto de renda e contribuição social a pagar em R$ 14,0 milhões.

Passivo não circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou R$ 159,8 milhões, passando de R$ 535,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 695,6 milhões em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações decorrem: (i) do aumento de R$ 95,5 milhões ou 2.438% em empréstimos bancários captados no exterior dos bancos IFC, PROPARCO E DEG ; (ii) da redução de R$ 32,5 milhões ou (14,1%) nas Debêntures em função da transferência para curto prazo das parcelas que vencem em 2011; (iii) do aumento de R$ 11,1 milhões ou 5,4% em compromissos a pagar em virtude da aquisição da subsidiária UNIPLI; (iv) do aumento de R$ 44,0 milhões ou 70,5% em impostos diferidos calculado com base em diferenças temporárias de lucro contábil e lucro fiscal, principalmente de provisões e amortizações de ágio, constituídos em conformidade com a Instrução Comissão de Valores Mobiliários nº 371, de 27 de junho de 2002 e as diferenças temporárias dos ajustes pela adoção do IFRS; (v) do aumento de 22,1 milhões ou 931,7% em arrendamento mercantil a pagar devido a classificação de imóvel da subsidiária UNIPLI como arrendamento financeiro; (vi) do aumento de R$ 19,0 milhões ou 159,9% em provisões de contingências, que passaram de R$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$ 30,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 devido, principalmente, ao aumento de provisões fiscais e tributárias relacionadas ao risco da amortização do ágio de aquisições.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 85,1%, passando de R$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2009 para R$ 2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2010, principalmente em decorrência, da captação de recursos obtidos por meio da emissão de ações da Companhia ocorrida no quarto trimestre de 2010, a reavaliação de ativos (deemed cost) pela implantação do IFRS e pelo lucro em 31 de dezembro de 2010 de R$ 122,9 milhões distribuídos, nas seguintes rubricas: (i) aumento de R$ 77,1 milhões na reserva de lucro em relação a 31 de dezembro de 2009; (ii) do aumento em reserva legal de R$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2009; e (iii) absorção dos prejuízos acumulados de R$ 48,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2009.

10.2. Comentários sobre:

a) resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da companhia são constituídas principalmente por:

(i) *receitas de mensalidades*: A maior parte da receita da Companhia provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação, graduação tecnológica, pós-graduação e educação continuada oferecidos aos alunos; e

(ii) *taxas, serviços acadêmicos e outros*: O restante da receita da Companhia provém das taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, programas de recuperação acadêmica, provas de segunda chamada, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, venda de material didático, taxa de inscrição no vestibular, entre outras. Com a aquisição da Microlins, em julho de 2008, as receitas provenientes da venda de livros e de royalties das atividades da Microlins também passaram a ser classificadas nessa linha de resultado, até 10 de junho de 2010, data da venda da participação da Companhia no capital social da Microlins.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores das variações em nossos resultados operacionais ao longo dos exercícios de 2009, 2010 e 2011 podem ser encontrados na seção 10.1, item h.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes da receita bruta de serviços da Companhia são: (i) o número de alunos matriculados nos cursos oferecidos; e (ii) o valor das mensalidades para cada curso.

A Receita Bruta da Companhia apresentou crescimento de 31,1% em 2011 se comparado ao mesmo período de 2010, atingindo 1.981,3 milhões.

O crescimento da receita de mensalidades do período deve-se (i) ao aumento de 19,0% do número médio de alunos matriculados em 2011, que atingiu 351.041 alunos, e (ii) ao aumento de 10,2% na mensalidade média bruta, reflexo do repasse de inflação para alunos veteranos e da mudança de mix de alunos, crescimento de alunos em Campus maior que em Polos.

A Companhia findou o Exercício Social de 2010 com uma receita bruta de R$ 1.530,8 milhões, o que representa um crescimento de 15,1% em comparação a 2009, quando a receita bruta atingiu R$ 1.329,8 milhões.

O crescimento da receita de mensalidades do período deve-se ao (i) aumento de 15,6% do número de alunos em relação a 2009, atingindo 295.027 alunos, dos quais 55,6% em seus Campus e 44,4% em seus Pólos, salientados pela maturação dos mesmos e (ii) à manutenção da mensalidade média se comparado ao período anterior, reflexo do repasse de inflação para alunos veteranos mitigado pela mudança de mix de alunos em cursos presenciais e à distância.

No Exercício Social de 2009, a Receita Bruta totalizou R$ 1.329,8 milhões, crescimento de 46,9% ante a 2008, devido ao aumento do alunado médio e da mensalidade média, além da contribuição dada pela unidade de negócio Formação Profissional, exclusivamente na linha de taxas, serviços e outras receitas (royalties).

Número de Alunos

O número de alunos da Companhia é derivado de seus processos de captação de novos alunos, bem como da retenção de alunos existentes e conclusão de cursos. A aquisição de novos alunos depende da oferta de cursos definida pela Companhia e sua capacidade de atrair candidatos para matrícula. A evasão de alunos ocorre continuamente, pelo processo de desistência de alunos matriculados antes da graduação. A evasão de alunos está normalmente associada a dificuldades financeiras e fatores pessoais. Finalmente, o nível de alunos concluintes depende da duração dos cursos. A Companhia tem cursos de diversas durações, desde 5 anos até cursos curtos de menos de 6 meses. A duração dos cursos direciona o número de alunos concluintes em cada período.

Mensalidades

A Companhia define suas mensalidades com base em sua estrutura de custos e análises de mercado. As mensalidades cobradas variam de acordo com o curso e mercado de oferta. Em geral, a Companhia atualiza seus preços anualmente de acordo com o aumento de custos que está associado principalmente a custos com professores. Nesse sentido, os preços praticados são impactados pela política de precificação da Companhia, que considera inclusive nível de concorrência nos diversos mercados, e pelos índices internos de reajustes de custos aplicados.

Outros fatores, como taxa de câmbio, não afetaram as receitas da Companhia, uma vez que as receitas da Companhia não têm variação atrelada à moeda estrangeira.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Inflação

O desempenho operacional da Companhia pode ser impactado pela oscilação dos custos dos serviços prestados, que são reajustados por índices de inflação, tais como Índice Geral de Preços ao Mercado da Fundação Getúlio Vargas, Índice Nacional de Preços ao Consumidor (FIPE) e Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Além disso, o principal custo da Companhia é com salários, que são reajustados por acordos coletivos celebrados entre os sindicatos dos empregados e dos empregadores, e em geral seguem os índices de inflação acima mencionados, mas podem apresentar variações de acordo com as negociações realizadas.

A inflação teve impacto relativo no nosso resultado nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, em decorrência do impacto no reajuste do preço das mensalidades ocorrido no período. Nos demais períodos, outros fatores tiveram impacto mais significativo do que a inflação, tendo contribuído para as variações nos períodos, como as variações no número de alunos.

Taxa de juros

A maior parcela da dívida da Companhia está sujeita à taxa de juros flutuantes expressa em reais cujo principal indexador é o CDI. No ano de 2011, as receitas financeiras geraram R$ 114,2 milhões principalmente por rendimento de aplicações financeiras comparadas com R$ 58,7 milhões em 2010, aumento de 94,6%, reflexo do caixa médio do ano, mitigado por uma despesa de R$ 132,2 milhões em 2011, explicado, principalmente, pelo aumento de juros sobre dívidas (empréstimos bancários e debêntures, e compromissos a pagar). Em 2010, o resultado financeiro líquido foi impactado devido à oscilação dos juros e ao volume de dívida da Companhia e acumulou R$ 49,0 milhões no ano, 1,3 p.p pior do que em 2009, devido ao aumento do endividamento da Companhia proporcionalmente ao mesmo período de 2009.

Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos nos termos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior e reduzir a demanda em relação aos cursos. A Companhia assinou convênio com instituições financeiras de grande

porte para fornecer financiamento estudantil para seus alunos. Como parte dos termos e condições negociados as instituições financeiras assumem 100% da inadimplência destes financiamentos. Os alunos da Companhia com contrato de financiamento estudantil com estas instituições financeiras são pouco representativos no universo de alunos da Companhia.

Taxa de câmbio

A Companhia captou em 2010 recursos em moeda estrangeira em Euro. Como forma de minimizar o impacto que a variação do Euro poderia causar em seu resultado, a Companhia decidiu contratar em 2010 uma aplicação indexada à mesma moeda. Esta aplicação foi resgatada no encerramento do exercício 2011. Não havia nenhum ativo e passivo em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009.

10.3. Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causa nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional. Dessa forma, a Companhia não possui ou possuirá nenhum tipo de alteração nas demonstrações financeiras decorrentes da introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Desde o ano de 2007 a Companhia realizou as seguintes aquisições relevantes em ordem cronológica:

Centro Universitário Ibero-Americano: Em 7 de fevereiro de 2007; **União Fênix de Educação e Cultura Ltda.:** Em 9 de março de 2007; **Faculdade Integração Zona Oeste:** Em 9 de abril de 2007; **Sociedade Educacional Noiva do Mar Ltda.:** Em 20 de julho de 2007; **Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal:** Em 1º de outubro de 2007; **União da Associação Sul-Matogrossense S/S Ltda.:** Em 1º de outubro de 2007; **Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André S/S Ltda.:** Em 10 de dezembro de 2007; **Sociedade Educacional Garra Ltda.:** Em 18 de fevereiro de 2008; **SESLA – Sociedade Educacional de Ensino Superior do Lago Ltda.:** Em 20 de fevereiro de 2008; **Instituto Tecnológico de Educação Superior e Pesquisa de Santa Catarina Ltda.:** 28 de fevereiro de 2008; **Instituição Educacional S/S Ltda.:** Em 29 de fevereiro de 2008; **Sociedade de Ensino Superior Itapecerica da Serra S/S Ltda.:** Em 6 de maio de 2008; **Sociedade Educacional Sul Sancaetanense S/S Ltda.:** Em 29 de maio de 2008; **Sociedade Brasileira de Ensino Superior Ltda.:** Em 29 de maio de 2008; **Centro de Ensino Superior de Rondonópolis S/S Ltda.:** Em 9 de julho de 2008; **Instituição de Ensino Superior de Sertãozinho Ltda.:** Em 31 de julho de 2008; **Escola de Profissões S.A.:** Em 10 de julho de 2008; **Sociedade Brasil Central de Educação e Cultura S/S Ltda.:** Em 1º de setembro de 2008; **Centro de Ensino Unificado de Taguatinga Ltda.:** Em 17 de setembro de 2008; **Pioneira Educacional Ltda.:** Em 22 de setembro de 2008; **LFG Business, Edições e Participações Ltda.:** Em 6 de outubro de 2008; **Sociedade Educacional Caxias do Sul Ltda.:** Em 13 de novembro de 2008; **Sociedade Educacional Centro América Ltda.**: Em 13 de novembro de 2008; **Sociedade Educacional Plínio Leite S/S Ltda.:** Em 16 de dezembro de 2010; **Faculdade Uirapuru e Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior** (ativos detidos pelo Grupo Ibmec Educacional S.A.): Em 03 de março de 2011; **UNI CTS União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda.**: Em 03 de março de 2011; **Instituto Grande ABC de Educação e Ensino S/S Ltda. e Novatec Serviços Educacionais Ltda.**: Em 31 de março de 2011; **Associação de Ensino Superior Elite Ltda.**: Em 28 de abril de 2011; **Sociedade Educacional de Belo Horizonte**

Ltda. e Praetorium - Instituto de Ensino, Pesquisa e Atividades de Extensão em Direi to Ltda.: Em 17 de maio de 2011; **União para Formação, Educação e Cultura do ABC Ltda.**: Em 27 de julho de 2011; **Instituto Educacional Professor Luiz Rosa Ltda.**: Em 28 de julho de 2011; e **Academia Paulista Anchieta Ltda., União Panamericana de Ensino Ltda. e União Bandeirante de Educação Ltda.**: Em 16 de setembro de 2011.

Em 10 de junho de 2010, a Companhia alienou sua participação societária na Microlins, correspondente a 30% das ações representativas do capital da referida empresa.

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia incorporou sua subsidiária LFG Business, Edições e Participações Ltda.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, pois não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo 31 de dezembro de 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, em relação as demonstrações financeiras anteriores apresentadas.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações relacionadas à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória n° 449, convertida na Lei nº 11.941, em 27 de maio de 2009, alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição (RTT), dentre outras providências. A Lei nº 11.638 e a Lei nº 11.941 modificam a Lei das Sociedades por Ações em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Esse processo de convergência abrangeu duas etapas: a primeira, desenvolvida em 2008, com a emissão por parte do CPC de Pronunciamentos e Orientações com a edição do Pronunciamentos Técnicos do CPC 01 ao CPC 14. Foram todos aplicados já em 2008 por força da própria lei e da normatização de quase todos os órgãos reguladores contábeis brasileiros.

A segunda etapa foi cumprida durante 2009 e início de 2010, com a edição dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41 e diversas Interpretações, com a adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos. Conseqüentemente, o ano de 2009 continuou regido ainda pelos documentos da primeira fase.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo 31 de dezembro de 2011 não houve efeitos significativos referente as alterações de práticas contábeis.

A Companhia adotou as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia). A aplicação destas normas ("novas normas") impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia conforme apresentado abaixo:

Balanço patrimonial em 01/01/2009 e 31/12/2009

Ativo	1 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009			
	Publicado anteriormente	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	Publicado anteriormente	Efeitos da transição paraIFRS	IFRS	
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	29.101	-	29.101	265.253	-	265.253	
Mensalidades a receber	134.311	-	134.311	180.370	19.132	199.502	**f)**
Estoques	7.757	-	7.757	11.619	-	11.619	
Impostos a recuperar	21.639	-	21.639	18.081	-	18.081	
Impostos diferidos	3.145	(3.145)	-	11.032	(11.032)	-	**e)**
Outras contas a receber	16.351	-	16.351	16.143	-	16.143	
Partes relacionadas	2.825	-	2.825	22.509	-	22.509	
Despesas antecipadas	4.049	-	4.049	1.601	-	1.601	
Bens Destinados para Venda	-	-	-	13.745	-	13.745	
	219.178	(3.145)	216.033	540.353	8.100	548.453	
Não circulante			-			-	
Depósitos judiciais	865	-	865	1.570	-	1.570	
Mensalidades a receber	2.799	-	2.799	3.969	-	3.969	
Outras contas a receber	25.454	-	25.454	35.562	-	35.562	
Partes relacionadas	13.057	-	13.057	3.566	-	3.566	
Impostos diferidos	-	28.830	28.830	14.478	40.200	54.678	**e)**
Impostos a recuperar	-	-	-	2.031	-	2.031	
Despesas antecipadas	641	-	641	11	-	11	
Imobilizado	330.953	137.079	468.032	361.079	137.141	498.220	**b)**
Intangível	808.013	6.108	814.121	824.718	(23.733)	800.985	**d)**
Diferido	77.314	(77.314)	-	61.875	(61.875)	-	**a)**
	1.478.274	91.558	1.569.832	1.849.212	99.833	1.949.045	

Passivo	1 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009			
	Publicado anteriormente	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	Publicado anteriormente	Efeitos da transição paraIFRS	IFRS	
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	85.880	-	85.880	76.298	-	76.298	
Debentures e notas promissórias	-	-	-	68.207	-	68.207	
Vendor	-	-	-	-	19.132	19.132	**f)**
Fornecedores	21.507	-	21.507	15.401	-	15.401	
Salários, férias e encargos sociais	48.072	-	48.072	48.693	-	48.693	
Impostos e contribuições a recolher	16.208	-	16.208	15.634	-	15.634	
Impostos parcelados	7.660	-	7.660	5.074	-	5.074	
Anuidades antecipadas	21.636	-	21.636	18.351	-	18.351	
Compromissos a pagar	9.470	6.108	15.578	28.031	1.902	29.933	**d)**
Imposto de renda e contribuição social	15.046	-	15.046	8.228	-	8.228	

Passivo	1 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009			
	Publicado anteriormente	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	Publicado anteriormente	Efeitos da transição paraIFRS	IFRS	
Outras contas a pagar	17.644	-	17.644	23.599	-	23.599	
Arrendamento mercantil a pagar	670	-	670	243	-	243	
Partes relacionadas	95	-	95	-	-	-	
Dividendo proposto a pagar	-	-	-	1.180	-	1.180	
	243.888	6.108	249.996	308.939	21.034	329.972	
Não circulante							
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	23.136	-	23.136	3.916	-	3.916	
Debentures e notas promissórias	-	-	-	231.220	-	231.220	
Fornecedores	1.538	-	1.538	-	-	-	
Impostos parcelados	23.348	-	23.348	16.283	-	16.283	
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	46.607	46.607	15.797	46.628	62.425	**e)**
Compromissos a pagar	196.289	-	196.289	206.652	-	206.652	
Arrendamento mercantil a pagar	2.547	-	2.547,00	2.371	-	2.371	
Provisão para contingências	9.537	-	9.537	11.851	-	11.851	
Outras contas a pagar	161	-	161	980	-	980	
	256.556	46.607	303.163	489.070	46.628	535.698	
Participação de acionistas não controladores	(72)	72	-	472	(472)	-	**f)**
Patrimônio líquido							
Capital social	1.002.930	-	1.002.930	1.002.800	-	1.002.800	
Ajuste de avaliação patrimonial		90.472	90.472	-	87.639	87.639	**b)**
Reserva legal	74	-	74	2.490	-	2.490	
Reserva de lucro	-	-	-	45.441	-	45.441	
Prejuízos acumulados	(25.102)	(51.629)	(76.731)	-	(55.468)	(55.468)	**a) c) d) e)**
	977.902	38.843	1.016.745	1.050.731	32.171	1.082.902	
Não controladores	-	(72)	(72)	-	472	472	**f)**
Total Patrimônio Líquido	977.902	38.771	1.016.673	1.050.731	32.643	1.083.374	
	1.478.274	91.558	1.569.832	1.849.212	99.833	1.949.045	

Demonstração de resultado de 31/12/2009

	Publicado anteriormente	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	
Receita líquida dos serviços prestados	904.548	-	904.548	
Custos diretos dos serviços prestados	(556.781)	9.859	(546.922)	**a) b)**
Lucro bruto	347.767	9.859	357.626	
Outras despesas operacionais				
Despesas com vendas	(116.810)	-	(116.810)	
Despesas gerais e administrativas	(133.975)	-	(133.975)	
Depreciação e amortização	(15.445)	12.828	(2.617)	**a) b)**
Outras receitas operacionais	38.760	(35.621)	3.139	**a) d)**
Resultado antes do resultado financeiro	120.297	(12.934)	107.363	
Resultado financeiro líquido	(35.735)	2.799	(32.936)	**c)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	84.562	(10.135)	74.427	
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.008)	-	(17.008)	
Imposto de renda e contribuição social Diferido	6.568	3.462	10.030	**e)**
Resultado do exercício antes das participações de acionistas não controladores	74.122	(6.673)	67.449	
Participação de acionistas não controladores	(1.262)	-	(1.262)	
Resultado do período	72.860	(6.673)	66.187	

Descrição das principais diferenças que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

a. Ativo diferido: De acordo com o IFRS, os gastos pré-operacionais não se enquadram na definição de um ativo intangível e devem ser contabilizados como gastos. Os custos incorridos para obter um ativo intangível gerado internamente, normalmente não são capitalizados, a não ser que sejam custos de desenvolvimento que atendam os requerimentos específicos do CPC 04 (IAS 38). A Companhia efetuou a baixa dos saldos de diferidos na data de transição do balanço.

b. Custo atribuído (*deemed cost*) e revisão de vida útil: A Companhia optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição para o IFRS, pelo custo atribuído daquela data.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 estão descritos nas notas explicativas.

A conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimonial líquido foi aumentada em R$ 137.079 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R$ 46.607 em decorrência da adoção do custo atribuído.

Posteriormente, na medida que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valore são transferidos da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial para Lucros e Prejuízos acumulados.

c. Custos de empréstimos: A Companhia capitalizou custos de empréstimos para as obras em andamento, para as quais a data de início para capitalização foi a partir da data de transição.

d. Combinação de negócios: Segundo CPC 15 (IFRS 3) os ajustes subseqüentes a data de aquisição deverão ser contabilizados em resultado. Na aquisição da subsidiária LFG os ex-proprietários teriam direito a parte do lucro apurado pela mesma semestralmente. Em outubro de 2008 foram feitas projeções de resultados futuros e a cada semestre seriam recalculados os valores a serem pagos pelo real. Pelas prática contábeis anteriores as variações entre o projetado e o realizado eram incorporados no ágio. Nos exercícios de 2009 e 2010 toda diferença foi contabilizado em resultado.

e. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda diferido foi registrado sobre diferenças temporárias relacionadas as diferenças entre a base fiscal e CPC/ IFRS, considerando os critérios expostos na nota explicativa 24.

f. Reclassificações: de acordo com o IFRS foram ainda efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras consolidadas:

Operação de Vendor reclassificada de ativo circulante para o passivo circulante;

Minoritários reclassificado para dentro do grupo de patrimônio líquido;

Impostos diferidos reclassificando do diferidos do circulante para o não circulante;

A Companhia optou por não reapresentar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 com os ajustes que permitiriam a comparação entre os exercícios. Por esse motivo, as informações contábeis apresentadas neste documento referentes ao exercício findo em 2007, não são comparativas com as informações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009, 2008.

Outra alteração adotada pela Companhia foi a não amortização de ágio que deixou de ser feita a partir do exercício 2009.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 foram preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pelas Lei 11.638 e Lei 11.941.

As demonstrações financeiras da Companhia e demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer de 2009 contém parágrafos de ênfase referindo-se aos seguintes assuntos: (i) Conforme mencionado na Nota Explicativa 23, a Anhanguera Educacional Participações S.A. adquiriu, em 10 de julho de 2008, por meio de sua investida Anhanguera Educação Profissional Ltda., 30% do capital social da Editora Microlins Brasil Ltda. (que posteriormente passou a ser denominada Editora Microlins Brasil S.A. e atualmente Escola de Profissões S.A.). Além disso, adquiriu no dia 6 de outubro de 2008 a LFG Business e Participações Ltda. que recebeu a cessão de todos os direitos e obrigações da LFG Cursos Ltda. Nos termos dos contratos de compra e venda com os controladores da Escola de Profissões S.A.

e LFG Business e Participações Ltda., a Companhia tem garantias contratuais de ressarcimento e de responsabilidade por parte dos vendedores em relação a eventuais riscos de contingências que possam se tornar exigíveis em função da transferência das operações e assunção das obrigações. O parecer de 2010 contém parágrafos de ênfase referindo-se aos seguintes assuntos: (i) Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. (ii) Foram examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O parecer de 2011 contém parágrafos de ênfase referindo-se aos seguintes assuntos: (i) Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Anhanguera Educacional Participações S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. (ii) Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5. Comentários sobre as políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras incluídas neste Formulário incluem as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais práticas contábeis aqui descritas são aquelas que têm relevância para retratar a condição financeira e os resultados da Companhia e da Anhanguera Educacional Ltda., nos aspectos em que sua determinação é mais difícil, subjetiva e complexa, sujeita a julgamentos, estimativas e premissas, exigindo estimativas sobre questões que ensejam incertezas. Para a elaboração dessas demonstrações financeiras, a administração da Companhia utilizou estimativas e premissas para registrar ativos, passivos e transações. As demonstrações financeiras da Companhia e da Anhanguera Educacional Ltda. e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e da Anhanguera Educacional Ltda. e suas controladas incluem várias estimativas, subjetivas e complexas, relacionadas à vida útil dos ativos imobilizados, provisões para passivos contingentes, períodos estimados para recuperação e amortização do ágio de aquisições e investimentos, provisões para tributos, provisões para devedores duvidosos, provisões para bônus de administradores e funcionários, pagamentos baseados em ações e outros itens similares.

Para que seja possível descrever a forma como a administração da Companhia realiza as determinações sobre essas estimativas, incluindo variáveis e premissas subjacentes a tais estimativas, ressaltam-se as seguintes práticas contábeis que a Companhia utiliza:

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

A Companhia adota o método de aquisição a combinações de negócios, quando a Companhia adquire controle, mensurando o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Todas as aquisições efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e para o exercício findo 31 de dezembro de 2010 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

ii. Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O investimento indireto da Companhia de 30% na Escola de Profissões S.A., adquirido em 31 de julho de 2008 e alienado em 10 de junho de 2010, era contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial e era reconhecido inicialmente pelo custo. O investimento da Companhia incluía o ágio identificado na aquisição. Tal subsidiária foi incluída nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2009 e proporcional até a data de alienação da investida ocorrida em 2010 em função da influência significativa que a Companhia exerceu sobre essa sociedade durante o período que atuou como investidora.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido contabilizado exceder a sua participação, registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária será reduzido a zero sendo constituída uma provisão para a perda nesse investimento em função das obrigações construtivas e/ou dos pagamentos efetuados em nome da investida (Nota 13).

iii. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

a. Eliminação dos ganhos ou perdas registrados por equivalência patrimonial das controladas;

b. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

c. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros e prejuizos acumulados das empresas controladas;

d. Eliminação dos saldos de receitas e despesas de operações realizadas entre as empresas consolidadas;

e. Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Anhanguera Educacional Participações S.A. (controladora) e as seguintes empresas investidas diretas e indiretas:

Participações Diretas	31/12/2011	31/12/2010
Anhanguera Educacional Ltda.	100%	100%
Clínica Médica Anhanguera Ltda. (a)	100%	100%

Participações Indiretas	31/12/2011	31/12/2010
Anhanguera Publicações e Comércio de Material Didático Ltda.	100%	100%
Sociedade Educacional Plínio Leite S/S Ltda.	100%	100%
União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda. (b)	100%	-
Instituto Grande ABC de Educação e Ensino S/S Ltda. (b)	100%	-
Novatec Serviços Educacionais Ltda. (b)	100%	-
Anchieta Serviços Educacionais Ltda. (b)	100%	
Associação de Ensino Superior Elite Ltda. (b)	100%	-
Sociedade Brasileira de Ensino Superior Ltda. (b)	100%	-
Praetorium - Instituto de Ensino, Pesquisa e Atividades de Extensão em Direito Ltda. (b)	100%	-
União para Formação, Educação e Cultura do ABC Ltda. (b)	100%	-
Instituto Educacional Professor Luiz Rosa Ltda. (b)	100%	-
Academia Paulista Anchieta Ltda. (b)	100%	-
União Panamericana de ensino Ltda. (b)	100%	-
União Bandeirante de Educação Ltda. (b)	100%	-
Complexo de Ensino Superior Anita Garibaldi Ltda. (b)	100%	-
União de Escolas de Educação Corporativa Ltda. (b)	100%	-

(a) Empresa anteriormente denominada Anhanguera Educação Profissional Ltda., que teve a razão social e objeto alterados em 11 de janeiro de 2011.
(b) Empresas adquiridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos

financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

ii. ***Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, vendor, impostos parcelados, compromissos a pagar e arrendamento mercantil a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

iv. ***Capital social***

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

d. ***Contas a receber***

Representam, principalmente, mensalidades emitidas, porém não recebidas, e acordos de financiamento firmados com estudantes de mensalidades vencidas e de cobranças judiciais. Incluem ainda bolsas compensáveis contra créditos fiscais, como o FIES, além de financiamento de pólos de ensino a distância franqueados.

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber.

e. ***Estoques***

Os estoques referem-se a livros a serem comercializados com alunos, mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

f. ***Passivo circulante e não circulante***

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

g. ***Anuidades antecipadas***

A Companhia tem como prática conceder aos alunos descontos pela antecipação das mensalidades. Consequentemente são reconhecidas como anuidades antecipadas, no passivo circulante, às mensalidades de períodos subseqüentes recebidas antecipadamente pela Companhia no exercício em curso e que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Custos de empréstimo que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado.

ii. Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações – imóveis	50 a 60 anos
Edificações - outras contruções e benfeitorias	25 a 30 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 14 anos
Móveis e utensílios	10 a 14 anos
Biblioteca	10 anos
Instalações	10 a 25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 a 30 anos
Veículos	5 a 9 anos
Equipamentos de informática	5 a 8 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

iv. ***Ativos arrendados***

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Determinando se um contrato contém um arrendamento:

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito a Companhia de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente.

j. **Ativos intangíveis**

i. ***Ágio***

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota 4(a)i.

ii. ***Pesquisa e desenvolvimento***

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos e, no caso da Companhia, referem-se substancialmente aos gastos com desenvolvimento de conteúdo educacional. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais e mão de obra direta que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

k. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

i. ***Gastos subseqüentes***

Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

ii. ***Amortização***

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2011	2010
Direito de uso de software	5 anos	5 anos
Acordos para não-concorrência	2 a 5 anos	2 a 5 anos
Desenvolvimento de conteúdo	2 a 5 anos	2 a 5 anos
Carteira de clientes	4 anos	1 a 5 anos

l. ***Redução ao valor recuperável (impairment)***

i. ***Ativos financeiros***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação anual para apurar se há evidência objetiva que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis (Nota 9). Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. ***Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22 – Informações por segmento.

A Companhia utiliza-se de premissas para determinar o valor recuperável de ativos, sendo que considera como Unidade Geradora de Caixa cada Campus/Filial existente, conforme disposto no IAS 36 e o CPC 01(R1) – Redução ao valor recuperável de ativos.

Basicamente, a determinação do valor recuperável de um Campus é mensurado pelo acompanhamento das projeções de rentabilidade futura, desenvolvidas por empresa especializada independente, em comparação com o desempenho atual do negócio. Essa análise leva em consideração uma série de variáveis tais como, taxa média anual de crescimento da receita, ganho de margem, número de alunos previstos versus efetivos, valores de ticket médio de aluno, taxa de evasão, etc. Caso a Companhia encontre algum indicativo que represente a não recuperação de um ativo, uma provisão é reconhecida.

Premissas adotadas pela Companhia:

a. Levantamento das informações da performance de cada Campus por meio do razão contábil por centro de custo consolidado da Companhia;

b. Apuração do lucro bruto realizado, que é obtido pela receita bruta deduzida dos custos diretos, exceto o grupo de depreciação.

c. Inicialmente, com base no laudo de rentabilidade futura emitido por empresa especializada independente e, posteriormente, com o recálculo da rentabilidade futura conforme plano da Unidade Geradora de Caixa realizado pelo departamento de planejamento é feita a comparação do real x laudo/plano e caso ocorra perda do valor recuperável é realizada uma provisão.

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa é comparado com o seu valor recuperável. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de receita de acordo com as unidades operacionais da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos individuais nas unidades operacionais necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados as unidades geradoras de caixa são revisados anualmente para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

Durante o exercício não ocorreram eventos e a Companhia não identificou nenhum indicativo que requeresse revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros.

m. ***Plano de contribuição definida***

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

n. ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. ***Transações de pagamento baseado em ações***

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios, em contrapartida como despesa de pessoal.

As estimativas são revisadas pela Companhia sempre que informações subseqüentes indicam que o número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito será diferente da estimativa anterior.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

p. ***Receita de serviços***

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), presenciais ou à distância, mensalidades de cursos preparatórios para

concursos e outros cursos de extensão, taxas de serviços e vendas de PLT (Programa Livro Texto) e apostilas. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados.

q. ***Receitas e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre contas a receber por mensalidades renegociadas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

r. ***Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social da controladora são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Lei nº 11.096/2005 regulamentada pelo Decreto nº 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456, de 5 de outubro de 2004 e nos termos do art. 5º da Medida Provisória nº 213, de 2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, entre outros, do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, devendo a apuração de o referido imposto ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

s. ***Imposto de renda e contribuição social diferido***

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores

contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os impostos ativos diferidos consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Determinadas subsidiárias apresentam prejuizos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na data do balanço. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros pela recuperação desses créditos está baseada na não geração de lucro tributável nos últimos anos.

t. ***Resultado por ação***

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e o número de ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

u. ***Informação por segmento***

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos freqüentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente despesas da sede e despesas com captação de recursos.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Desde sua criação, a Companhia tem se preocupado em assegurar a eficiência e a confiabilidade de suas Demonstrações Financeiras. A implantação do sistema operacional "Microsiga" em 2005 reflete a responsabilidade que a Companhia tem em garantir a qualidade de suas informações contábeis. Os diretores avaliam como satisfatório o grau de eficiência atual de seus controles internos.

Em 2009, a Companhia criou um departamento de auditoria interna que objetiva tornar os controles internos mais eficientes além de ser o principal agente na disseminação desse processo na empresa.

A auditoria interna tem contribuído para a melhora do ambiente de controles internos através de iniciativas e projetos que incluem: (i) avaliação geral de riscos segundo a percepção da administração, e classificação destes riscos segundo capacidade de impacto e vulnerabilidade; (ii) mapeamento de processos com identificação de controles chave de risco e grau de implementação; (iii) estruturação de uma rede de controles internos, sendo testada em base periódica, como parte do processo de gerenciamento de cada área ou processo; e (iv) calendário anual de auditorias de controles internos nos processos financeiros e de negócios.

A auditoria interna tem atuado consultivamente junto a outras áreas de apoio de maneira que, riscos que demandam hoje controles compensatórios, possam ser brevemente descontinuados via solução de informática e ou mudança nos procedimentos da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No contexto da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, seus auditores independentes consideraram nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria. Vale lembrar que no escopo de auditoria das demonstrações financeiras não está prevista a auditoria específica e emissão de relatório sobre a efetividade dos controles internos.

Apesar de a auditoria específica e conseqüente emissão de relatório sobre a efetividade dos controles internos não estar prevista no escopo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, no contexto da auditoria das suas demonstrações financeiras, seus auditores emitiram relatório de recomendações que incluem comentários sobre nossos controles internos.

No relatório circunstanciado sobre os procedimentos contábeis, os controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais, a auditoria independente apontou oportunidades de melhoria nos processos analisados e relacionados à elaboração das demonstrações contábeis examinadas.

Não obstante tais comentários tratarem de questões que não comprometem a fidedignidade das demonstrações contábeis, os tópicos identificados como passíveis de melhorias estão recebendo atenção da Companhia no contexto de um contínuo esforço para o aprimoramento dos seus controles internos da organização.

Assim, a Companhia não tem conhecimento de aspectos que pudessem afetar de maneira significativa a adequação das suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em dezembro de 2009, foi realizada uma oferta pública de distribuição secundária de Units de emissão da Companhia, no valor de R$ 652,5 milhões. Tendo em vista que tal oferta foi exclusivamente secundária, todos os recursos obtidos foram destinados única e exclusivamente aos acionistas vendedores.

Em dezembro de 2010, foi concluída a terceira oferta primária de emissão de 23.000.000 ações ordinárias da Companhia. A operação resultou na captação bruta de R$844,1 milhões, destinados principalmente para financiar a expansão do seu negócio, por meio de: (i) aquisições; e (ii) abertura de novas Unidades.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não ocorreram desvios na aplicação dos recursos informados nos prospectos de emissão da Companhia.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não ocorreram desvios na aplicação dos recursos informados nos prospectos de emissão da Companhia.

10.8. Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Não há qualquer transação não contabilizada no balanço da Companhia referente ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, pois não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que possam ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável, pois não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que possam ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que possam ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos

A Companhia concentra seus investimentos na expansão de seus negócios, tendo como fonte de recursos, principalmente, seu capital próprio, financiado em parte pela primeira oferta pública de certificados de depósitos de ações de sua emissão, no valor total de R$ 330,5 milhões, em 2007, pela segunda oferta pública de certificados de depósitos de ações de sua emissão, no valor total de R$ 478,5 milhões, em 2008, pelas ofertas públicas de debêntures, no valor total de R$ 290,0 milhões, em 2009, pela terceira oferta pública de certificados de depósitos de ações de sua emissão, no valor total de R$ 799,5 milhões, em 2010, e pela 4ª emissão de debêntures, no valor total de R$ 400,0 milhões, em 2011.

O foco principal e de maior volume são os investimentos na expansão das unidades orgânicas, unidades adquiridas e aquisição de novas unidades. Os recursos são utilizados principalmente para construção de salas de aula, laboratórios, bibliotecas e demais infraestrutura necessária para acomodação dos alunos e funcionários e para garantir a prestação de ensino de qualidade, atendendo às exigências regulatórias do setor. A segunda frente é a adequação e desenvolvimento da estrutura existente, buscado maior produtividade por meio do desenvolvimento de melhorias em tecnologia da informação e processos, no setor administrativo e atendimento a adequações legais.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Desde o ano de 2007 a Companhia realizou as seguintes aquisições em ordem cronológica:

Centro Universitário Ibero-Americano: Em 7 de fevereiro de 2007; **União Fênix de Educação e Cultura Ltda.:** Em 9 de março de 2007; **Faculdade Integração Zona Oeste:** Em 9 de abril de 2007; **Sociedade Educacional Noiva do Mar Ltda.:** Em 20 de julho de 2007; **Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal:** Em 1º de outubro de 2007; **União da Associação Sul-Matogrossense S/S Ltda.:** Em 1º de outubro de 2007; **Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André S/S Ltda.:** Em 10 de dezembro de 2007; **Sociedade Educacional Garra Ltda.:** Em 18 de fevereiro de 2008; **SESLA-Sociedade Educacional de Ensino Superior do Lago Ltda.:** Em 20 de fevereiro de 2008; **Instituto Tecnológico de Educação Superior e Pesquisa de Santa Catarina Ltda.:** 28 de fevereiro de 2008; **Instituição Educacional S/S Ltda.:** Em 29 de fevereiro de 2008; **Sociedade de Ensino Superior Itapecerica da Serra:** Em 6 de maio de 2008; **Sociedade Educacional Sul Sancaetanense S/S Ltda.:** Em 29 de maio de 2008; **Sociedade Brasileira de Ensino Superior Ltda.:** Em 29 de maio de 2008; **Centro de Ensino Superior De Rondonópolis S/S Ltda.:** Em 9 de julho de 2008; **Instituição de Ensino Superior de Sertãozinho Ltda.:** Em 31 de julho de 2008; **Escola de Profissões S.A.:** Em 10 de julho de 2008; **Sociedade Brasil Central de Educação e Cultura S/S Ltda.:** Em 1º de setembro de 2008; **Centro de Ensino Unificado de Taguatinga Ltda.:** Em 17 de setembro de 2008; **Pioneira Educacional Ltda.:** Em 22 de setembro de 2008; **LFG Business, Edições e Participações Ltda.:** Em 6 de outubro de 2008; **Sociedade Educacional Caxias do Sul Ltda.:** Em 13 de novembro de 2008; **Sociedade Educacional Centro América Ltda.**: Em 13 de novembro de 2008; **Sociedade Educacional Plínio Leite S/S Ltda**.: Em 16 de dezembro de 2010; **Faculdade Uirapuru e Instituto Manchester**

Paulista de Ensino Superior (ativos detidos pelo Grupo Ibmec Educacional S.A.): Em 03 de março de 2011; **UNI CTS União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda.**: Em 03 de março de 2011; **Instituto Grande ABC de Educação e Ensino S/S Ltda. e Novatec Serviços Educacionais Ltda.**: Em 31 de março de 2011; **Associação de Ensino Superior Elite Ltda.**: Em 28 de abril de 2011; **Sociedade Educacional de Belo Horizonte Ltda. e Praetorium - Instituto de Ensino, Pesquisa e Atividades de Extensão em Direi to Ltda.**: Em 17 de maio de 2011; **União para Formação, Educação e Cultura do ABC Ltda.**: Em 27 de julho de 2011; **Instituto Educacional Professor Luiz Rosa Ltda.**: Em 28 de julho de 2011; e **Academia Paulista Anchieta Ltda., União Panamericana de Ensino Ltda.** e **União Bandeirante de Educação Ltda.**: Em 16 de setembro de 2011.

Em 10 de junho de 2010, a Companhia alienou sua participação societária na Microlins, correspondente as 30% das ações representativas do capital da referida empresa.

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia incorporou sua subsidiária LFG Business, Edições e Participações Ltda.

c) novos produtos e serviços

A Companhia não divulgou ou explicitou ao mercado indicações de novos produtos e serviços que por ventura venham a influenciar a sua capacidade produtiva.

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nenhum outro fator influenciou de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenha sido comentado e/ou identificado neste documento.